



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - PB
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANSUMANE SAMBU

DE VOLTA PARA A CASA:

**ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA À ASSISTÊNCIA
SOCIAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM JOÃO PESSOA
PARAÍBA**

CAMPINA GRANDE – PB

2014

ANSUMANE SAMBU

**DE VOLTA PARA A CASA:
ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA À ASSISTÊNCIA
SOCIAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM JOÃO PESSOA
PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao PPGCS da UFCG
como requisito final para obtenção do título de
Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: **Prof. Dr. Jose Maria de Jesus
Izquierdo Villota**

CAMPINA GRANDE – PB

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S187d Sambu, Ansumane.
De volta para a casa : análise de uma política pública voltada à assistência social das pessoas em situação de rua em João Pessoa – Paraíba / Ansumane Sambu. – Campina Grande, 2014.
98 f. : il. Color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota".
Referências.

1. Políticas Públicas. 2. Reinserção Social. 3. Ação Coletiva. I. Villota, José Maria de Jesus Izquierdo. II. Título.

CDU 304(043)

ANSUMANE SAMBU

**DE VOLTA PARA A CASA:
ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA À ASSISTÊNCIA SOCIAL
DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM JOÃO PESSOA PARAÍBA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jose Maria de Jesus Izquierdo Villota (UFCG)

Orientador

Prof. Dr. Alarcon Agra do O (UAHG)

Examinador Externo

Prof. Dr. Ronaldo Laurentino Sales (UFCG)

Examinador Interno

DEDICATÓRA

“Para ser livre não é apenas arrematar uma de correntes, mas viver de uma forma que respeite e aumente a liberdade dos outros”.

Nelson Mandela

AGRADECIMENTO

À Deus pelas oportunidades de realizar o meu sonho de fazer mestrado e aos meus pais Malam Sambu e Suncar Nanque, por desejarem sempre o melhor para mim. A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e funcionários da UFCG, sem a qual não seria fácil realizar meus estudos do mestrado;

Meus profundos agradecimentos ao meu orientador prof. Dr. Jose Maria Jesus Izquierdo Villota, por sua dedicação incansavelmente a este trabalho;

Meus sinceros agradecimentos ao meu filho Arthur Moreira Sambu e a mãe do meu do filho Maria Elisangela Alexandre Moreira e aos meus tios Lassana Sambu, Luntam Sambu, Abubacar Malam Sambu, Aladje Mané; ao meu primo Sidi Mané que sempre me ajudaram no meu estudo no Brasil;

E também, agradeço a todos funcionários do Centro de POP-População em situação de rua de João Pessoa/PB e RUARTES, que participaram direta e indiretamente nesta pesquisa e entrevistas. Ao nome de Alinne Dantas, Marcio, Sandra, Anne, Gil e aos todos moradores de Rua de João Pessoa/PB;

Por fim agradeço aos todos meus compatriotas da caminhada para Guiné-Bissau melhor. Em nome de Eduardo Lourenço Mendes, Júlio Rodrigues, Lamine Sisse, Heldomiro Correia, Jorge Fernandes, Leonel Quadé, Banjaqui Nhaga, Arnaldo Sucuma, Nelson Djú, Viriato João Lopes Nhanca, José Nhaga, Mithran dos Santos, Feliciano Alfonso Sá, Edson, Bruno Motta e ao meu amigo Dr. Pedro Pereira de Sousa.

RESUMO

Desde uma perspectiva sociológica, pretende-se com esta pesquisa analisar a eficácia das políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua. Para objetivar nossa análise optamos por abordar a experiência do RUARTES, uma política pública executada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. A finalidade da referida política é a de resgatar pessoas que se identificam como moradores de rua. Essa iniciativa conta com a participação de arte-educadores que através ações coletivas como teatro, música e dança, procuram congregar crianças e jovens para, posteriormente, desenhar mecanismos que possibilitem sua reinserção ao núcleo familiar e à convivência comunitária. O RUARTES é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), tendo previsão em lei desde o primeiro trimestre de 2010. Sendo uma das principais finalidades do RUARTES a reinserção das pessoas em situação de rua ao seu núcleo familiar, pretendemos nesta pesquisa perceber se a execução de suas ações atinge o objetivo pretendido. Para tal finalidade, optamos por realizar uma pesquisa de ordem qualitativa e utilizar um referencial teórico voltado à análise das políticas públicas de reinserção social. A relação entre políticas públicas e o estado de vulnerabilidade em que se encontram as pessoas consideradas em situação de rua suscita em nós uma série de questões. Na execução de nossa pesquisa, entre outras, assumimos o desafio de responder às seguintes questões: do conjunto de pessoas que ocupam por tempo prolongado os espaços da rua quais podem ser consideradas como usuários dos serviços do RUARTES? Pode-se pensar que as estratégias do RUARTES sejam eficazes mediante o crescimento cotidiano do número de pessoas que ocupam o espaço das ruas? É legítimo perguntar se será possível reconduzir uma pessoa em situação de rua para sua estrutura familiar? Quais são as causas que levam as pessoas a morarem nas ruas? Se essas causas embrionárias não forem superadas, a iniciativa do projeto RUARTES pode ser considerada válida? A estratégia de reinserção familiar é uma resposta real para as pessoas que vivem em condição de rua? Será que existem casos onde esse objetivo atinge o sucesso almejado? São essas, dentre outras perguntas que norteiam a presente pesquisa e às quais, em certa medida, pretendemos encontrar respostas.

Palavra-Chave: Políticas Públicas; Pessoa em Situação de Rua; Reinserção Social; Ação Coletiva.

ABSTRACT

From a sociological perspective, this research intends to analyze the effectiveness of public policies aimed to homeless people on street. To objectify our analysis, we chose to address the experience of RUARTES, a public policy implemented by the Municipality of João Pessoa. The purpose of this policy is to rescue people who identify themselves as homeless. This initiative includes the participation of art educators that through collective action such as theater, music and dance, seeking to bring together children and youth to posteriorly design mechanisms that will enable their reintegration to the core family and community life. The RUARTES is coordinated by the Department of Social Development (DSD), having forecast in law since the first quarter of 2010 being one of the main purposes of RUARTES. The reintegration of homeless people in their household, we intend with this research to understand if the execution of their actions achieves its intended goal. For this purpose, we chose to conduct a qualitative research and use a theoretical framework aimed to analyze public policies to social reintegration. The relationship between public policy and the state situation of vulnerability where people are considered homeless, it raises us a number of questions. In performing our research, among others, we assume the challenge of answering the following questions: the set of people who occupy for long time the spaces on street which can be considered as users of RUARTES services? One might think that the RUARTES strategies are effective by the daily increase in the number of people occupying the space of the streets? It is legitimate to ask if it's possible to bring a person on the street to his family structure? What are the causes that lead people to dwell in the streets? If these embryonic causes aren't overcome, the RUARTES initiative project can be considered valid? The strategy of family reintegration is a real answer for people who live on street? Are there cases where this goal achieves the desired success? These are, among other questions that guide this research and which, to some extent, we intend to find answers.

Keyword: Public Policy; Person on the Street; Social Reintegration; Collective Action.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU- Organização de Nações Unidas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

CF- Constituição Federal

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

PAC- Programa de Aceleração de Crescimento

POP- Centro da População de Rua em João Pessoa/PB

PT- Partido dos Trabalhadores

PPA- Programa Plurianual

RUARTES- Programa Rua e Artes em João Pessoa/PB

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

FMI- Fundo Monetário Internacional

SERNAC- Secretária Nacional de Renda e Cidadania

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População em situação de rua cadastrada no Centro POP;

Gráfico 2 – População de rua (brasileiros e estrangeiros);

Gráfico 3 – Os moradores de rua cadastrados no Centro POP;

Gráfico 4 – Sexo dos moradores de rua atendidos pelo Centro POP em 2012;

Gráfico 5 - Cor da pele das crianças e adolescentes atendidas pelo RUARTES (2010/2012).

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - A VIDA QUE TRANSCORRE NAS RUAS	24
1.1 Nômades buscando espaço	25
1.2 Desigualdade e exclusão social.....	30
1.3 A vida nas ruas.....	33
1.4 Políticas públicas de inclusão social	44
CAPÍTULO 2 - DIVIDINDO ESPAÇOS: UMA VIDA CARREGA DE TENSÕES E CONFLITO.....	52
2.1. O Estado e a Vida das Pessoas em Situação de Rua.....	62
2.2. O Caso de João Jesso, pb	66
CAPÍTULO 3 - ESTADO E POPULAÇÃO RUA.....	71
3.1. Assistência às Pessoas em Situação de Rua.....	74
3.2. Políticas Públicas de Assistência Social	77
3.3. A Família como Espaço de Inclusão Social.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
Alguns Registros do Processo de Pesquisa.....	86
Entrevistas.....	90
Referências Bibliográficas	94

INTRODUÇÃO

Robert Silverberg, em um conto intitulado “O Homem Invisível”, descreve a trajetória de um indivíduo condenado à invisibilidade pelo crime da indiferença, da incapacidade de partilhar seus problemas com seus companheiros humanos. Com a mistura de ficção e realismo, Silverberg consegue narrar às sutilezas dos problemas mais comuns à vida das pessoas. Em consequência dos seus crimes, a marca da invisibilidade em sua testa ficou como sinal de castigo. Em consequência do mal causado a alguns membros da sociedade, o estigma da “invisibilidade” fez com que aquele homem passasse a ser “ninguém” no fluxo de pessoas que perambulam na imensa cidade. A percepção da sua invisibilidade é vivenciada, pelo protagonista do conto, na forma como é tratado pelas outras pessoas com as quais ele se relaciona casualmente. Ele percebe que na agitação da vida urbana, como se fosse uma regra preestabelecida, ninguém sente necessidade ou inclinação de manter qualquer tipo de contato com um invisível, seja para pedir informação ou para prestar-lhe algum tipo de auxílio. O drama da invisibilidade é percebido pelo protagonista do conto como o destino daqueles que quebram a regra que obriga os indivíduos a interagir em condições de igualdade com seus pares. O isolamento, o fato de estar sendo expressamente ignorado em meio à grande massa de pessoas, torna doloroso o cotidiano do homem invisível. O castigo é imediato. A primeira experiência que tem ao sair do tribunal e voltar para as ruas com o símbolo de sua invisibilidade na testa ocorre na mesma tarde, quando decide ir ao jardim suspenso de cactos. De volta para seu lar, o protagonista do conto começa a pensar em seu estado e pensa que não seria tão difícil passar um ano daquele modo. Afinal, quase nunca precisou da assistência ou dos cuidados de outras pessoas. No entanto, esse pensamento se transforma no decorrer do tempo. Escondido em aparente anonimato, “o homem invisível” começa a praticar atos que na sociedade poderiam ser interpretados como sinais de uma vida degradante. Rouba para satisfazer suas necessidades vitais e não tem horário nem noção de regras de comportamento social que o configurem como um cidadão semelhante aos outros. Cultivar hábitos de higiene, de alimentação, de lazer e outras vivências cotidianas, que para o comum das pessoas é uma rotina, para o homem invisível passou a ser um privilégio ocasional.

Para além da fantasia de Silverberg, com frequência constatamos que na vida real também ocorrem situações que, em princípio, parecem ser fruto da inventividade ou

da capacidade de criar ficção por parte dos escritores. De forma intrigante lembro a ocasião em que me deparei com um homem, de mais ou menos cinquenta anos, que, como no conto de Silverberg, vive na condição de invisibilidade. O homem de quem falo, morava nas mediações da Rua Lindolfo Gonçalves Chaves, ao lado do Prédio Hanhembí, nos Bancários, por trás do Carrefour, um setor comercial, bastante frequentado por pessoas de classe média que moram na cidade de João Pessoa. Embora esse homem permanecesse na mesma rua por onde transito diariamente para realizar algumas atividades do meu cotidiano, reconheço que somente nessa ocasião parei para reparar nas condições sob as quais esse homem vivia. Identificar esse homem como “invisível” a partir desse dia deixou de ser para mim uma metáfora ou uma exageração. De fato, as pessoas em situação de rua carecem de visibilidade no cenário social. Em um processo de interação, elas podem incomodar, amedrontar, ameaçar os transeuntes, mas, como nos filmes de ficção, basta apressar os passos, mudar de calçada ou chamar o guarda e elas desaparecem. No que tange as relações políticas, necessárias à manutenção do Estado de direito, as pessoas em situação de rua no Brasil também são invisíveis. Essas pessoas não têm registro nos dados censitários, dado que os dados coletados tem como fonte a referência domiciliar, e as pessoas em situação de rua carecem de domicílio ou residência.

Quando detive meu deslocamento para dar atenção aquele homem em situação de rua começara a surgir uma série de inquietações em torno do universo desse homem, até então inexistente para mim. Logo percebi que o cotidiano desse homem é vivenciado nas ruas. A rede de interações que se desdobram a partir de suas investidas é chancelada por sobressaltos e incursões imprevisíveis. Sua presença é percebida com desconforto pelas outras pessoas. A reação mais frequente dos seus interlocutores é de aversão. A motivação para abordar os transeuntes, no geral, é para pedir trocados ou algum tipo de ajuda material para reduzir seu estado de penúria.

Depois de ser abordado por esse “homem invisível” e de parar meu deslocamento para ouvir com atenção seus apelos, comecei a prestar atenção nos meus deslocamentos por algumas ruas da cidade e reparei que o número de pessoas em situação de rua é representativo na Cidade de João Pessoa. Depois do primeiro encontro, ocorreram outros encontros mais frequentes. Certo dia, perguntei a esse homem, a quem

designarei pelo nome de “seu Antônio”¹, qual foi o motivo ou qual foi a situação que o levou a morar na rua. Ele respondeu para mim: “perdi meu emprego. Foi isso que me levou a morar na rua”. Em sua fala contrastavam as condições de sobrevivência entre a vida passada de trabalhador e a vida que levava como morador de rua. Ele descrevia o desconforto que lhe traz o tempo de chuva. Em seu depoimento afirmava que quando chovia tinha que se movimentar para a Rua Farmacêutico Antônio Leopoldo Batista, ao lado da Igreja Luz- Sal, onde há um lugar que lhe permite esconder-se da Chuva.

Seu estado de carência me sensibilizou. Desde o primeiro encontro, na medida das minhas possibilidades, doava-lhe algum dinheiro para ajudá-lo na satisfação das suas necessidades básicas. Minha atitude para com seu Antônio começou a chamar a atenção de alguns transeuntes. Algumas pessoas começaram a alertar-me e me sugeriram que não desse dinheiro para ele. No entendimento delas, minha ajuda só poderia prejudicar esse homem, dado que com o dinheiro recebido ele iria comprar bebidas alcoólicas para embriagar-se. Achei que os comentários dos populares eram pertinentes. Em consequência disso, passei a fazer doações de alimentos. Tenho certeza que minhas doações não eram suficientes para poupar o sofrimento de seu Antônio. Na medida em que mergulhei nesse universo dos moradores de rua fui constatando que as necessidades dessas pessoas não se reduziam ao mero alimento. Com o tempo percebi que a vida de um morador de rua é bastante sacrificada, solitária e pouco prazerosa. Fiquei muito sensibilizado com sua situação em tempos de chuva. Enquanto a maior parte da população, além de um espaço adequado, dispõe de agasalhos para se proteger do frio, quando chove, seu Antônio dispunha apenas de uma capa feita por ele mesmo de sacolas plásticas. Bem que eu gostaria de ajudar de alguma forma para facilitar seu conforto, mas minhas condições econômicas não me permitem fazer mais do que pequenas doações.

Em certa ocasião, em um desses encontros ocasionais com seu Antônio, percebi que ele estava bastante doente. Suas limitações físicas eram sérias. O impossibilitaram de se deslocar para os lugares que ele frequentava para cuidar de si mesmo. Impedido de se locomover, o local onde estava deitado era o mesmo onde fazia suas necessidades

¹ Os nomes próprios aqui usados para designar as pessoas que aparecerão no texto são fictícios. Procedemos dessa maneira para preservar a privacidade das pessoas que, no ato de falar conosco, se expõem a diversos julgamentos que podem repercutir negativamente sobre eles. Em alguns casos, quando consideramos que os depoimentos não comprometem a privacidade das pessoas, as pessoas serão identificadas com seus nomes próprios.

fisiológicas. O quadro era deplorável. Fiquei em estado de choque e comecei a conversar com outras pessoas moradoras daquela área dos bancários para viabilizar a internação de seu Antônio. Buscando alternativas para o tratamento médico, identifiquei uma casa administrada pela Prefeitura Municipal voltada ao acolhimento de moradores de rua. Nesse estabelecimento tive a oportunidade de dialogar com profissionais que trabalhavam com pessoas em situação de rua. Eles me levaram a constatar que o drama vivenciado por seu Antônio é mais comum do que eu imaginava.

De acordo com Bursztyn (2003), o fenômeno de pessoas morarem nas ruas é crescente e afeta, principalmente, as grandes cidades. Nessas cidades, os lugares onde há maior transumância são os mais procurados pelas pessoas desalojadas de moradia. O nível de “invisibilidade social” dessas pessoas, segundo o mencionado autor, está relacionado com a omissão do poder público ou de organizações não governamentais voltadas para dar assistência às pessoas em situação de rua. Quando essas pessoas não são assistidas, é prática frequente que elas se mantenham em constante mobilidade ou com instalações provisórias nos encostos das ruas centrais das cidades².

Morar na intempérie, viver do lixo, padecer diariamente uma coleção de privações, sem dúvida, não pode ser uma escolha voluntária. É possível que algumas pessoas, inquietas por vivências místicas, lúdicas, estéticas ou de outra ordem, optem por viver na rua, no entanto, na nossa análise constatamos que no geral as pessoas que vivem em situação de rua o fazem porque não têm alternativa. De fato, nos diálogos com alguns moradores de rua percebemos que existem razões ou circunstâncias muito fortes que os induziram a serem moradores de rua. Entre essas razões podemos elencar a desestruturação familiar, a falta de oportunidades pautadas no trabalho, educação, esporte ou práticas culturais que possibilitem a inserção social. De qualquer forma, no contato estabelecido com pessoas em situação de rua constatou-se que um elemento comum entre essas pessoas é a desocupação profissional, a falência econômica e de ruptura de vínculos afetivos com seus familiares.

Em certa medida, as Ciências Sociais nos dizem que o futuro dos indivíduos depende dos capitais, simbólicos ou econômicos, a eles transferidos pelas suas famílias. Segundo Sarti (1996), o desafio geracional de transferência de capitais é maior para as famílias pobres. No geral, essas famílias sentem com maior rigor o impacto dos

² Bursztyn (2003:21) afirma que a escolha por esses lugares ocorre pela relação direta entre a vida no meio da rua e a sobrevivência a partir da coleta de materiais que se encontram no lixo.

conflitos sociais que ocorrem na economia, na política ou na manutenção da ordem pública. Caso se observe a dinâmica de uma família pobre desde a perspectiva econômica, poder-se-ia constatar que as formas de interação e o lugar que cada um de seus membros ocupa no contexto social onde essa família está inserida, são afetados por uma concepção moral diferenciada, na qual as condições materiais de subsistência de cada família definem os valores e crenças de seus membros. Para a referida autora, a moralidade de uma determinada família é condicionada pelos capitais simbólicos ou materiais que ela possui, outorgando o lugar social que essa família ocupa na vizinhança ou na comunidade. Dessa forma, a construção da identidade social dos pobres, ou seja, o lugar que eles ocupam no mundo social é condicionado pela má ou boa ordenação da moral do seu núcleo familiar.

No senso comum, a responsabilidade pelas conquistas individuais recai sobre a capacidade ou incapacidade de luta ou de inventividade que cada pessoa possui. Com frequência se esquece que essa capacidade de luta ou de inventividade é favorecida, em grande medida, pelas condições sociais onde um indivíduo nasce e se desenvolve. Se entendermos a “pobreza” como o estado de privação de um indivíduo, cujo bem-estar é inferior ao mínimo que sua sociedade é moralmente obrigada a garantir, fica fácil imaginar o futuro de um indivíduo que nasce em um núcleo social onde seus membros são marcados por privações de recursos materiais. Quando um indivíduo nasce em essas condições de precariedade material é quase certo que serão restritas as possibilidades de acesso a meios de escolarização de qualidade, a cuidados adequados para uma boa saúde física e mental e a formas de lazer.

Com a emergência do Estado de direito, a esperança de construir uma sociedade igualitária e justa, capaz de oferecer oportunidades a todos seus cidadãos acalentou a esperança em um futuro melhor. No entanto, essas promessas ainda não se cumpriram. O desenvolvimento econômico, o carro chefe da ação política da maior parte dos governantes, na medida em que avança revela quadros assustadores de exclusão social. Nesse contexto de debate uma pergunta pode ser pertinente: na sociedade capitalista qual é o futuro dos filhos de famílias pobres? Responder com precisão a essa pergunta não é fácil, mas se podem apontar alguns fatos que ajudem a vislumbrar uma resposta. Nesse sentido, um fato a se destacar é que o avanço do capitalismo torna o mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Pessoas que não tiveram a oportunidade de profissionalizar-se ou capacitar-se para se inserir no mercado de trabalho, de alguma

forma, ficam excluídas da dinâmica do bem-estar social procurado pela sociedade contemporânea. As pessoas que vivem em situação de rua podem ser um exemplo desse fato. Segundo Arrà (2009: 04), a globalização do sistema produtivo e a concentração de riquezas em uma minoria da população favorecem o desenho de um quadro social agravado pelo desemprego e pela desagregação familiar das pessoas de baixa renda. Quando ocorrem rupturas na relação emprego/renda/inserção social a vida dos indivíduos é afetada negativamente. É possível constatar certa correlação de proporcionalidade: o emprego gera renda e a renda distinção social. Quando pensamos nessa correlação a partir do universo das famílias pobres podemos imaginar que existe uma margem estreita de possibilidades de ascender socialmente e de ter uma vida satisfatória.

Para uma pessoa em situação de rua as possibilidades de ascensão social ou de satisfação pessoal são bastante restritas. Oportunidades de estudo ou de capacitação profissional são inexistentes. Seu cotidiano é ocupado na busca de recursos para satisfazer suas necessidades básicas. A constante busca por alimento, proteção ou um mínimo de conforto ocupa seu tempo e os priva de olhar para si como um ato de tomada de consciência das condições precárias em que estão vivendo e da barreira que os separa do que se poderia considerar como mais acorde com a dignidade humana. Sem dúvida, a mudança de vida dessas pessoas, na grande maioria dos casos, poderá ocorrer principalmente pela intervenção de outras pessoas que estão em condições sociais mais favoráveis e podem ajuda-los ou pela aplicação de políticas públicas voltadas para assegurar os recursos suficientes que lhes permita reinserir-se socialmente.

É possível que por causa da complexidade da vida social, dos desafios que são postos perante os indivíduos e as organizações estatais, as dificuldades e carências das pessoas em situação de rua não sejam enfrentadas de forma resoluta e eficiente. A impressão que se tem, é que essas pessoas estão jogadas em sua própria sorte. Quando se reflete em torno das demandas do mundo urbano, logo se constata que em decorrência das ocupações ou do cuidado das atividades cotidianas, os habitantes das grandes cidades são indiferentes à situação em que vivem as outras pessoas que não fazem parte de seu círculo afetivo, familiar ou social. Segundo Simmel (1903), a vida nas grandes cidades demanda o desdobramento de certos comportamentos que facilitem a realização de aspirações pessoais no turbilhão de interações sociais que se tecem nas grandes cidades. Para o referido autor, a indiferença ou indolência perante a situação de

outrem é um dos desdobramentos individuais mais recorrentes nos indivíduos que habitam nas grandes cidades. Simmel identifica essa indiferença como “o caráter blasé”, como uma atitude que face à proximidade corporal, à qual são submetidos os habitantes das cidades, representa na convivência cotidiana um distanciamento “espiritual” explícito. Dessa forma, embora as pessoas em situação de rua sejam assediadas ou estejam assediando constantemente outras que vivem em condições diferentes das suas, não conseguem chamar atenção para que sua situação de privação afetiva e material sensibilize os transeuntes anônimos das ruas das grandes cidades.

Com frequência se observa a execução de ações beneficentes de pessoas comuns voltadas, de cidadãos que movidos pela sua sensibilidade social se esforçam por dar assistência às pessoas em situação de rua. Campanhas ocasionais de distribuição de refeições, roupas ou medicamentos, entre outras ações, são realizadas por ONGs ou por pessoas autônomas. As ações dessas pessoas, com frequência, estão voltadas a solucionar questões imediatas: alimento, roupa, medicamentos. Iniciativas eficientes, capazes de alterar o curso da vida das pessoas em situação de rua, possivelmente, não podem advir de ações aleatórias, por vezes espontâneas de cidadãos bem intencionados. Acredita-se que soluções mais adequadas possam vir mediante iniciativas do poder público.

As políticas de assistência social são promovidas no Brasil em obediência à Constituição Federal. Elas têm por objetivo motivar e consolidar normas sociais voltadas à criação de um sistema de governo pautado na equidade e justiça social. Na Carta Magna, esse sistema propõe um modelo de gestão das ações sócio assistenciais voltados a fortalecer diversas formas de participação cidadã na gestão dos assuntos públicos. Dessa forma, ganham visibilidade questões centrais no debate público, como é o caso das formas de assistência por parte do estado às famílias que vivem em condições de vulnerabilidade. O governo do Partido dos Trabalhadores pode ser citado para exemplificar o que aqui se está afirmando.

Na administração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram implementados diversos programas de combate à pobreza, como é o caso do programa Bolsa Família. A sucessão da administração Lula foi assumida pela Presidenta Dilma Rousseff que deu continuidade aos programas existentes e ampliou o leque de possibilidades sob o lema do seu governo: “Brasil Sem Miséria”. Com o objetivo de transferir renda para população carente, estão sendo executados diversos programas de

porte assistencial. No debate político, ações como essas tem sido bastante questionadas. Para alguns, essas iniciativas assistenciais não resolvem os problemas estruturais do país; para outros, as iniciativas do governo tem sido importantes no sentido em que possibilitam condições de vida digna para as pessoas pobres e, ao mesmo tempo, favorecem a dinâmica econômica nas regiões mais afetadas pela pobreza. Contudo, as ações voltadas para o combate à pobreza por parte dos governos recentes do Brasil têm afetado a dinâmica da vida social das camadas mais pobres do país.

Para autores como Dihl (2012), os governos recentes tem facilitado a construção de um novo contrato social pautado na inclusão social. Nele, é possível observar que se estabelecem negociações entre trabalhadores e empresários voltados a construir condições de cidadania para todos, estimular interesses de produção corporativo através de profissionais conjugados e colocar em pauta o debate em torno da superação da pobreza mediante a aplicação de políticas públicas eficazes. No governo da presidente Dilma Rousseff, mediante a execução do plano “Brasil Sem Miséria”, foram contemplados diversos programas sociais através dos quais, nos diversos níveis de governo foram realizadas ações voltadas para a erradicação da pobreza. Foram criadas facilidades econômicas que permitam a participação dos pequenos empreendedores no comércio e na produção e oportunidades de promoção social mediante o acesso a serviços de saúde e educação, assim como a visibilidade de ações concretas na garantia da transparência na gestão do gasto público. Com isso, entende-se que a pretensão do governo é a de proporcionar as condições necessárias para uma inclusão social eficaz e duradoura.

O combate à pobreza faz parte da agenda do governo, do debate público e dos estudos em diversas disciplinas acadêmicas. No entanto, os mecanismos de enfrentamento às situações de pobreza extrema, como é o caso das pessoas em situação de rua, continuam ainda sem ganhar a devida visibilidade no debate público e na análise acadêmica. Questões como as causas estruturais que ocasionam a emergência desse tipo de fenômenos sociais continuam fazendo parte de assuntos marginais do interesse público. Nem sequer em épocas de campanha eleitoral esse assunto é levado em consideração, provavelmente essa indiferença ocorra em razão de perceber o morador de rua como um sujeito invisível, que perdeu o direito de exercer o que para o cidadão comum é um dever: o voto como exercício de cidadania. Nessa linha de pensamento,

pode-se dizer que os modos de vida e as condições precárias em que vivem as pessoas em situação de rua continuam sendo uma incógnita nas Ciências Sociais.

Com a execução da nossa pesquisa, com a abordagem de um universo real e pouco conhecido, como é o das pessoas em situação de rua, pretendemos assumir o compromisso de ajudar essas pessoas, no sentido de tornar mais visível sua situação de penúria e exclusão social. É evidente que nosso objetivo não é apenas incrementar o repertório de conhecimentos existentes acerca dos tipos, formas e processos da vida social, mas de construir uma representação dos modos de vida de um grupo específico, visando que a realidade vivenciada por esse grupo de pessoas alcance maior visibilidade dentro da sociedade.

As representações que se constroem em torno da vida das pessoas em situação de rua, quase sempre, estão pactuadas em comportamentos desviantes. É possível que isso aconteça em consequência do estado de invisibilidade em que se encontram essas pessoas. Com frequência os grupos integrados por pessoas do mundo dos negócios, por brancos de classe média ou outros similares, ativos no Estado de direito, têm uma forte participação no processo de construção das crenças e valores predominantes na sociedade. A atividade desses grupos, tidos na tradição sociológica como “estabelecidos”, é extremamente fecunda no que diz respeito a construção de paradigmas ou protótipos do ser social, dos padrões de ação, pensamento e sentimento que são considerados como legítimos para a manutenção de uma ordem social estabelecida, legitimada, reconhecida e aceita pela maioria dos membros dessa sociedade. A partir dessa ideia, pode se entender o comportamento de estranheza e por vezes de repúdio na interlocução de transeuntes quando são abordados por pessoas em situação de rua. Com nossa pesquisa pretendemos contar a história dessas pessoas que têm a rua por lar. No fato de lhes dar voz pretendemos mostrar que os grupos que se consideram anômalos ou diferentes, em algum sentido, são vítimas de estigmas sociais, no sentido em que a discriminação que sofrem resulta dos seus modos de proceder, que quase sempre não correspondem aos padrões de comportamento socialmente aceitos. Como se pretende mostrar nesta pesquisa, o contato que tivemos com algumas pessoas que vivem em situação de rua nos permitiu constatar que mesmo em situações adversas, essas pessoas lutam por viver com dignidade e esperam do Estado a ajuda necessária para restabelecer suas vidas e corresponder às demandas da sociedade.

Para apreender os valores e as crenças que orientam as ações dessas pessoas foi necessário desenhar um tipo de abordagem que nos permitisse adentrar em seu mundo e através do olhar dos depoentes, compreender seus mundos sociais da mesma maneira como eles os constroem com suas ações cotidianas. Foi necessário “desaprender” grande parte do que sabemos, desconfiar de nossas certezas e nos despojarmos dos nossos preconceitos com o propósito de construir representações validas desse universo que, a partir do primeiro encontro com seu Antônio, tornou-se tão inquietante e desafiante para nosso entendimento de pesquisadores sociais.

Para alcançar um nível de compreensão desejável para nosso estudo foi necessário aceder ao mundo cotidiano do grupo em observação. Para tanto, consideramos necessário disponibilizar tempo para ter longos períodos de conversas nas calçadas das ruas com as pessoas em situação de rua, assim como participar ativamente das atividades realizadas por voluntários e profissionais do RUARTES. Gravações e registros fotográficos foram essenciais para armazenar vivências e depoimentos que nos fornecessem dados necessários para nossa análise.

No andamento de nossa pesquisa constatamos que o mundo das pessoas em situação de rua é carregado de singularidades. O morador de rua se instala em espaços improvisados, considerados como adequados para o trânsito público. Ele ocupa esses espaços de forma desordenada. Aglomera seus pertences em locais próximos a casas, prédios, condomínios, ruas, quarteirões, bairros e regiões. A demarcação dos locais, quase sempre provisórios, de alojamento é feita conforme algumas demandas: fluxo intenso de pessoas, segurança, sombra durante o dia e certa reserva durante a noite. A demarcação dos espaços delimita suas possibilidades de ação. Embora a rua não ofereça condições para ser vista como o espaço de moradia, ela representa para essas pessoas o âmbito para vivenciar seu cotidiano.

Por sua vez, na realização do trabalho dos profissionais engajados na RUARTES, torna-se necessário fazer uma triagem voltada a definir os espaços de permanência, os espaços onde se dão os contatos entre os diferentes segmentos sociais e as vias de trânsito que dividem e comunicam esses espaços. Inquieta pensar na maneira de operacionalizar de maneira eficaz uma política pública de inserção social cujo alvo são as pessoas em situação de rua.

Além de resgatar olhares, memórias, percepções e vivências das pessoas em situação de rua pretendemos com nossa pesquisa captar eficácia de uma das políticas

públicas voltadas para dar assistência às pessoas em situação de rua. O foco deste estudo é analisar a política assistencial do RUARTES, uma política pública executada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, cuja finalidade é a de resgatar pessoas, principalmente crianças, adolescentes e jovens que se identificam como moradores de rua. Essa iniciativa conta com a participação de arte-educadores que levam através do teatro, da música e da dança uma mensagem de inclusão social para essas pessoas. O RUARTES foi sancionado em lei desde o primeiro trimestre de 2010 e suas ações se focam nos lugares onde há uma maior concentração de moradores de rua. O órgão gestor do programa é a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES). De acordo com a SEDES, as ações do RUARTES visam a reinserção das pessoas em situação de rua ao seu núcleo familiar. Para tal finalidade são desenvolvidas diversas estratégias. Uma delas é a “Operação de Resgate”, um conjunto de oficinas que promovem a qualificação ou formação de saberes que possam habilitar as pessoas para se inserir no mercado de trabalho e contribuir financeiramente com seu sustento e o sustento de suas famílias. Outra estratégia é a de oferecer às pessoas em situação de rua a possibilidade de se albergar na Casa de Acolhida, lugar onde os usuários podem ter acesso ao banho e alimentação.

As estratégias de operacionalização do RUARTES são preestabelecidas e os profissionais contratados têm uma rotina permanente de trabalho. Contudo, do conjunto de pessoas que ocupam por um tempo prolongado os espaços da rua, quais podem ser considerados como usuários dos serviços do RUARTES? Essa pergunta é pertinente dado que as ruas estão povoadas de migrantes, trabalhadores itinerantes, camelôs, catadores de papel, prostitutas, mendigos e qualquer tipo de desabrigados. Um número significativo dessa população está sempre em movimento. Pelas singularidades das pessoas em situação de rua, o trabalho do RUARTES suscita uma série de questionamentos. As estratégias do RUARTES são eficazes? Como a grande maioria de pessoas em situação de rua romperam seus vínculos afetivos com sua família é legítimo perguntar se será possível conduzir uma pessoa em situação de rua para sua estrutura de família? Uma pergunta como essa é quase óbvia, pois se a estrutura de família existe porque algumas pessoas moram nas ruas? Quais são as causas que levam as pessoas a morarem nas ruas? Se essas causas não foram ainda superadas, a iniciativa do projeto RUARTES pode ser considerada como válida? O drama de pessoa em situação de rua se resolve com a reinserção em seu núcleo familiar? A estratégia de reinserção familiar é

uma resposta real para as pessoas que vivem em condição de rua? Será que existem casos onde esse objetivo atinge o sucesso almejado? São essas, entre outras, as perguntas que norteiam esta pesquisa e às quais, em certa medida, pretendemos responder.

A lista de objetos de estudo no âmbito das Ciências Sociais é extensa, no entanto, nossa opção está voltada a um grupo de pessoas que, certamente, estão marginalizadas pelo Estado e pela sociedade. Pretendemos neste trabalho dar voz a essas pessoas de forma que suas opiniões sejam escutadas pelos membros da sociedade majoritária, em consequência de que quase nunca se publicam ou se apresentam informações sobre suas vidas nos meios de comunicação. E quando isso acontece, quando o drama de suas vidas é representado, ocorre que essas representações são inadequadas ou distorcidas. Da mesma forma, almejamos contribuir com o aperfeiçoamento ou redefinição de políticas públicas voltadas para promover a dignidade humana de pessoas que vivem em condição de rua.

Entende-se que a sociologia se caracteriza por uma determinada abordagem da realidade não sendo delimitada pelas características precisas de seu objeto. Tal fato ocorre em razão da generalidade própria dos fenômenos sociais e do caráter sociocultural de todo comportamento humano. Sendo o homem um ser social, tudo quanto o diz respeito compartilha igualmente dessa sua natureza. Por outro lado, sendo a cultura resultado das convenções e pactos estabelecidos entre os seres humanos, tudo quanto a ela se refere se reveste de um sentido coletivo e plural, ou seja, sociológico.

Assim, essa abrangência da sociologia faz com que ela seja um tipo de interpretação e de explicação de tudo aquilo que se relaciona com o homem e com a vida humana, um conhecimento que demanda um método de investigação que busca definir, descrever, interpretar, relacionar e explicar a ordem e as regularidades da vida social. Para nosso estudo específico que, em certa medida discute políticas públicas e o estado de vida de pessoas concretas, como é o caso dos funcionários do RUARTES e das pessoas em situação de rua e suas famílias, consideramos a necessidade de se optar por um referencial teórico que nos ajude a pensar nosso objeto de estudo e um instrumental metodológico que facilite nossa análise e coleta de dados empíricos.

A observação participante é a técnica de pesquisa através da qual o cientista social guiado por sua metodologia, conceitos e indicadores correspondentes, coleta, seleciona e ordena dados da realidade a fim de tentar explicar sua gênese e suas

características. A observação participante nas ciências sociais é fundamental. Ela nos permite captar a realidade que se pretende analisar, discriminar e discernir seus elementos constituintes. “Observar” significa separar, em meio à complexa vida social, aquilo que é circunstancial e periférico daquilo que é essencial e que diz algo de significativo a respeito do problema investigado.

Em certa medida, a observação participante surgiu antes da escolha e recorte do nosso objeto de pesquisa. São inúmeros os momentos partilhados, as situações vivenciadas tanto com os funcionários da RUARTES na execução de suas atividades quanto com as pessoas em situação de rua em seu contato com o RUARTES e no seu cotidiano de sobrevivência nas ruas da cidade de João Pessoa. Os dados empíricos que fundamentam nossa pesquisa são o resultado de mais de um ano de interlocução permanente com pessoas envolvidas no RUARTES e com algumas pessoas que vivem em situação de rua. Sendo uma pesquisa que envolve políticas públicas, procedimentos institucionais e vivências singulares de pessoas em situação de rua, fizemos uso constante da entrevista como um procedimento fundamental para coletar dados empíricos e fundamentar nossa pesquisa. A finalidade de tal procedimento é a de alcançar uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação com as vivências das pessoas em situação de rua e as possibilidades de uma possível reinserção em seu núcleo familiar.

CAPÍTULO 1. A VIDA QUE TRANSCORRE NAS RUAS

A tensão indivíduo/sociedade tem sido um dos assuntos caros às Ciências Sociais. Quando se pensa em indivíduos que, em certa medida, fogem dos modelos de vida estandardizados ou legitimados pela grande maioria dos membros de uma coletividade, ganham destaque conceitos como os de exclusão, estigmatização, discriminação ou, de forma sintética, se impõem modelos de percepção de fragmentos da sociedade sob o rotulo “estabelecidos e os *outsiders*”. Sabe-se que, embora padeçam de uma série de estigmas, as pessoas em situação de rua fazem parte da dinâmica social que se desenvolve no interior de qualquer coletividade. Dessa sorte, quando se pensa na figura do pobre, do indigente e, como é nosso caso, na figura das pessoas em condição de rua, os modos de interação que se desenvolvem a partir das conexões entre os membros dessa coletividade com as pessoas em situação de rua se torna um instigante desafio para a análise no campo das Ciências Sociais. As perspectivas para abordar esses processos de interação são múltiplas. Embora se tenha a impressão que um indivíduo esteja inserido na dinâmica de uma vida coletiva e que possa ser compreendido como reflexo dessa coletividade, esse mesmo indivíduo pode ser analisado desde uma perspectiva singular, separado da engrenagem coletiva. Essa dupla perspectiva que, logicamente, não é fácil de ser explicada exaustivamente, é um fato sociológico completamente elementar.

A origem dessa dupla forma de percepção de todos os elementos da vida social se torna evidente de um modo mais significativo na medida em que se acrescenta o processo de diferenciação social, tal como ocorre na sociedade contemporânea. Georg Simmel entende que a dupla possibilidade do indivíduo, o fato de se encontrar dentro e fora da sociedade, se torna um fenômeno cada vez mais complicado e se faz cada vez mais imperceptível, na medida em que aumenta o número de membros de um determinado grupo. Essa diluição da figura do indivíduo ocorre não somente porque o todo ganha certa independência que ultrapassa as possibilidades do indivíduo de alterar seu curso, mas, e de forma significativa, porque as diferenciações mais relevantes, que ocorrem entre os indivíduos, produzem uma escala de matizes no interior desse duplo posicionamento.

Em definitiva, será necessário advertir que, desde a perspectiva da diferenciação social, o indivíduo não deve ser entendido como um estágio de transição para formar

parte da sociedade, mas que a sociedade é uma instância intermédia que possibilita que o indivíduo se desenvolva para si mesmo. Nessa perspectiva, nossa análise procurará neste capítulo identificar as diversas iniciativas institucionais voltadas para dar assistência às pessoas em situação de rua.

1.1. NÔMADES BUSCANDO ESPAÇO

Na tradição sociológica, e de maneira mais específica, nas obras de Georg Simmel, pode se perceber a relevância sociológica da figura do pobre, do excluído do desenvolvimento social, do carente de espaços e de recursos materiais para ter acesso a uma vida digna. De forma específica, Simmel realiza suas análises a partir da relação entre indivíduo e sociedade. Procede dessa maneira para enfatizar nos processos de diferenciação social, no sentido em que o pobre, considerado pelo referido autor como estrangeiros, constitui uma manifestação carregada de significado na dinâmica social de qualquer coletividade. Em certa medida pode-se afirmar que o pobre está fora do grupo em tanto que a sociedade toma medidas voltadas para intervir sobre ele. Da mesma forma, o fato de estar fora do grupo não é mais do que uma forma particular de participar da dinâmica do grupo em sua totalidade. Segundo Simmel, o pobre se encontra, aproximadamente, na situação do indivíduo estranho ao grupo e que se encontra materialmente, por dizer de alguma maneira, fora do grupo no qual decorre sua existência; mas, justamente dessa forma é que os modos de proceder singulares produzem um organismo total, superior, que compreende as partes características do grupo e as estranhas, as que divergem dos modelos padronizados, legitimados pela maioria dos indivíduos; e as peculiares ações recíprocas entre essas duas dimensões da vida social criam o grupo em um sentido mais amplo. Para Simmel, o pobre está, em certa medida, fora do grupo; mas, sua situação não é mais do que uma maneira peculiar de ação recíproca, que o coloca em unidade com o todo, em seu mais amplo sentido.

Quando observamos de forma analítica a situação do pobre na sociedade moderna, pode-se constatar que a assistência aos pobres se realiza através de diferentes instituições, algumas de caráter privado e outras de caráter público. Contudo, todas as ações realizadas por essas instituições têm um caráter absolutamente pessoal, no sentido em que todas as ações estão orientadas a aliviar necessidades individuais.

Da mesma forma, pode se perceber outras formas de intervenção de instituições nos processos de interação da sociedade como um todo. Instituições como o exército e a

polícia, a escola e os meios de comunicação, a administração de justiça e a Igreja, entre outras, são coisas que não se dirigem em princípio às pessoas consideradas como indivíduos diferenciados, mas à totalidade dos indivíduos. A unidade de muitos ou de todos constitui o objeto dessas instituições.

A forma de interação com o pobre surge como consequência do seu posicionamento singular dentro do emaranhado de conexões que estabelecem os indivíduos na sociedade moderna, na qual o saber dar assistência aos pobres, fato que em outras épocas tinha um caráter específico e contextualizado, na atualidade tende a ser centralizado. Essa centralização da assistência na figura do pobre, essa passagem da assistência pontual e pessoalizada para formas mais institucionais, como são as políticas públicas, pode ser considerada como uma tentativa de colocar o pobre em um círculo maior, mais amplo, que se atualiza movido pelo conceito general da pobreza em lugar de ser impulsionado pela impressão imediata, é um dos caminhos más lagos que tem percorrido as formas sociológicas para passar da forma sensível e imediata à forma abstrata que define os contornos das instituições de assistência social, tão peculiar na confecção das políticas públicas voltadas à assistência dos pobres.

Nas atuais circunstâncias da vida moderna, a assistência aos pobres está delegada, no essencial, aos municípios, porque cada caso deve ser tratado individualmente, fato que só é possível mediante certo grau de aproximação, de conhecimento e controle dos recursos disponíveis e da identificação das necessidades concretas dos pobres sobre os quais deverão recair as ações de assistência social.

As ações destinadas às pessoas que estão em situação de rua funcionam a partir de certo planejamento institucional e têm finalidades concretas. Algumas, como ocorre com iniciativas de instituições tradicionalmente identificadas como de “caridade”, são pontuais: distribuir sopões, agasalhos, medicamentos ou outro tipo de recursos que satisfazem necessidades imediatas. Outras, como as contempladas por órgãos do Estado, destinam-se a desenvolver ações de reabilitação de pessoas com problemas dependência química, tratamento de deficiências físicas ou mentais, reabilitação sócio educativa ou formas de reinserção no núcleo familiar.

Em certa medida, as ações realizadas pelos órgãos do Estado são motivadas a partir de certa mobilidade das pessoas carentes, excluídas e fragilizadas por diversas situações. As modalidades de ações sempre têm como referência as demandas dessas pessoas e procuram garantir proteção, salubridade, alimentação, moradia ou outras

demandas consideradas por essas pessoas pobres como urgentes. Nesse sentido, em referencia as políticas públicas de intervenção social no Brasil, são esclarecedoras as palavras de Arrà (2009, p.20) quando afirma:

O sistema de proteção social brasileiro pode ser compreendido em três etapas históricas: a primeira a partir de 1930, com a participação contributiva de trabalhadores formais ligados aos institutos de aposentadorias e pensões e a recém criada CLT; a segunda etapa baseada na tradição da filantropia e da caridade, que contemplava apenas algumas situações de pobreza, o que será transmitido, pós-1930, para o Estado. O processo capitalista iniciado em nosso país não contemplava assalariamento formal para todos os cidadãos, já que na sua época de implantação os pais era essencialmente rural. Então, devido a regulações do próprio Estado, adaptou-se de forma incompleta ao modelo estruturado na Europa. Desta maneira, a maioria da população brasileira que não ocupava o trabalho formal, inclusive os trabalhadores de campo, ficaram desprotegidos deste sistema de proteção, que era financiado por contribuições dos próprios trabalhadores formais. A terceira e atual etapa está fundamentada nos direitos de cidadania que incluíram a proteção social como direito fundamental de todo e qualquer cidadão, estipulada na constituição do ano de 1988. A intervenção do Estado, pós-constituição, conforme Cardoso Jr e Jaccoud (2005), foi ampliada em termos da responsabilidade social e dos direitos sociais estendidos a todo cidadão, ocorrendo a necessidade de regulamentar esta proteção social. os progressos na área da regularidade social, o reconhecimento da assistência social como política pública, a aposentadoria não contributiva e integral vinculada à transferência solidário de recursos de contribuintes, bem como seguro de desemprego temporário, foram avanços consideráveis da política nacional.

Em sintonia com as idéias de Arrà, podemos perceber que os modos de sensibilidade social e as estratégias de assistência aos pobres são dinâmicas e mudam conforme os diversos momentos da história. Dessa sorte, vale resgatar como um marco importante na assistência institucional aos pobres do Brasil, o ano de 2005, ano no qual foi criado o Sistema Único de Assistência Social. O objetivo desse Sistema é o de garantir a gestão de diversas políticas públicas voltadas para a assistência social e o de promover os direitos sócio assistenciais dos usuários. O agente responsável por esse processo é o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), órgão estatal que articula as políticas públicas de rede de proteção social em torno das pessoas vulneráveis e assegura, mediante diversas formas de descentralização administrativa, a possibilidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados pela a instituição conforme as demandas contextualizadas nas diversas regiões do território brasileiro.

Estimativas feitas no ano de 2008 no território brasileiro apontam que existem mais de 44.9251 em condição de indigência. Sendo um número representativo de pessoas, pode se pensar que, em certa medida, a visão social do Estado e a criação dos diversos mecanismos de assistência social é o resultado de um processo de visibilidade dos pobres, de reconhecimento social das condições de precariedade sob as quais decorre sua existência e da necessidade de executar ações institucionais voltadas a remediar essa situação de exclusão social.

A promulgação do Decreto nº 7.053 de 2009, do governo federal, sobre a Assistência Social de Política Pública para as Pessoas em Situação de Rua, finda o começo de um processo de reconhecimento dos direitos humanos e da condição da cidadania das pessoas em situação de rua no Brasil. No entanto, embora o Estado se mostre interessado em focar certa atenção sobre essas pessoas, as ações realizadas não têm dado resultados efetivos. Uma primeira dificuldade é a identificação do alvo dessas políticas. Nesse sentido, Valencio (2008) afirma que a partir de um levantamento de dados pode-se mostrar que as pessoas em situação de rua não são apenas “mendigos” ou “pedintes”. Para esse autor, dentro dessa categoria podem ser identificadas pessoas que, em certa medida exercem uma atividade econômica, mas que os proventos dessa atividade não asseguram as possibilidades de ter acesso à moradia.

Os motivos que levam as pessoas a passarem a viver em situação de rua são inúmeros. Em nossa pesquisa constatamos que entre as causas mais comuns podem ser apontadas as seguintes: falta de harmonia na convivência conjugal, abandono familiar, uso abusivo de álcool ou de drogas entorpecentes. Ganham destaque também fenômenos como a violência doméstica e a falta de oportunidades de emprego. A vida nas ruas não pode ser considerada como uma opção pessoal, ela se apresenta como a alternativa que resta para indivíduos que por diversas dificuldades perderam tudo.

O fenômeno de viver no meio da rua não pode ser considerado como algo novo. É um fenômeno tão antigo quanto à própria existência das ruas nas construções urbanas. Sua origem remonta ao nascimento das metrópoles, das grandes cidades que emergem em torno dos conglomerados industriais, dos indicadores do avanço do capitalismo³. Em certa medida, pode se afirmar que o acesso à moradia está vinculado à posse de recursos

³ Cf. Bursztyn (2003, p.19)

econômicos de cada indivíduo. Dessa sorte, ficar sem acesso à fontes de renda termina sendo sinônimo de exclusão social.

Para Simmel (1903), a forma como as grandes cidades são estruturadas corresponde aos modos de produção econômica. Em certa medida, os indicadores econômicos passam a ser os determinantes das formas de organização social e da estruturação dos espaços da cidade. A qualidade das residências, a assistência dos diversos serviços públicos que os indivíduos precisam para ter qualidade de vida, a segurança física, entre outros benefícios que as pessoas podem usufruir, apontam o sucesso ou o fracasso econômico pessoal. Nesse sentido, embora alguns indicadores apontem que um número significativo de pessoas tem acesso ao trabalho, não significa dizer também que essas pessoas têm acesso à moradia. Sabe-se que mais do 59% de pessoas que trabalham na construção civil, no trabalho doméstico, na coleta de material reciclável ou exercendo funções temporárias como vigias, vendedores ambulantes ou ajudantes em oficinas mecânicas não tem condições de assumir os gastos que demanda o acesso à moradia. Dos trabalhadores do setor informal da economia, é possível que apenas o 16% possa ter condições financeiras para ter uma vida estruturada e a segurança que representa a moradia.

As reduzidas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho ou a limitada remuneração em determinados setores de trabalho termina induzindo muitas pessoas a fazer da rua sua moradia. Dado que a rua é um espaço público, de livre trânsito e de fluxo constante de pessoas, quem se vê obrigado a morar na rua assume a forma de vida de um nômade. Os nômades são pessoas que não têm domicílio fixo e que suas necessidades não são reconhecidas, dado que não figuram nas estatísticas dos órgãos do Estado. De fato, em levantamento de dados realizado no período de 2007 a março de 2008⁴, constatou-se que as pessoas em situação de rua não foram incluídas nos censos demográficos brasileiros, dado que este se limitou a levantar dados com base domiciliar, condenando as pessoas em situação de rua a uma condição de invisibilidade perante os órgãos do Estado. De igual maneira, pode-se dizer que a invisibilidade das pessoas em situação de rua ocorre também no âmbito das Ciências Sociais. Nesse sentido são interessantes as palavras de Bursztyn (2003, p.09) quando afirma:

⁴Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua por encomenda do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome em Cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Porque a maioria parte dos nossos teóricos não olha a rua ao seu redor. Os ensinamentos recebidos de modelos estrangeiros, com realidades diferentes, fazem com que eles sejam incapazes de ver a totalidade do drama social brasileiro neste momento da história do mundo. A quase totalidade de nossos cientistas sociais chega de volta de seus doutorados com óculos que os impedem de ver a rua por onde caminham.

Dessa forma, podemos concluir que a promessa do iluminismo, de construir uma sociedade igualitária, fraterna e livre não está sendo alcançada. Na perspectiva iluminista, com toda sua carga de utopia, se espera que o território seja um espaço geográfico pensado e construído para albergar uma determinada população, onde seus membros se integrem e convivam sem distinção ou exclusão. Quando se pensa nas pessoas em situação de rua, o ideal do iluminismo que, em certa medida, é o mesmo do Estado moderno, torna-se distante daquilo que pode ser considerado como real ou possível. A população de rua carece de qualquer sentimento de propriedade sobre o espaço, para ela, a vivência do espaço ocorre na agitação das praças, calçadas, rodovias, viadutos, prédios abandonados, barcos, praias, parques, postos de gasolina e lixões.

1.2. DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

Sem dúvida que o fenômeno das pessoas em situação de rua é uma das manifestações mais evidentes das desigualdades sociais no Brasil, desigualdades que caminham de mãos dadas do processo de construção do Estado nacional. É possível que a libertação dos escravos e a expropriação de terras de camponeses tenha ativado o processo de pauperização dessas camadas sociais, fato que incentivou a migração de pessoas pobres para as cidades, ocasionando um novo desafio para os sucessivos governos. Nos registros da história brasileira ganha destaque o esforço dos diversos governos que, sensibilizados pela situação de penúria das camadas sociais menos favorecidas, se empenharam em criar políticas públicas orientadas a sanar essas feridas sociais. No final do século XIX, o Estado tinha obrigação de intervir na sociedade, onde os legisladores e cientistas se mobilizavam para proteger as crianças e adolescentes em defesa de ajudar os pais no cuidado de seus filhos para evitar maus-tratos e o abandono das crianças na infância. A partir do século XX, quase todos os governos têm procurado inserir as camadas populares nos meios produtivos e criar condições para que as

mesmas tenham acesso a bens de consumo⁵. Contudo, esses esforços estatais não conseguem atingir as demandas de todas as pessoas carentes. Atualmente, as pessoas em situação de rua, sem restrição de idade, raça e gênero podem ser consideradas como um fiel indicador da limitação das políticas públicas de assistência social.

As tentativas de implementação de Políticas Públicas de assistência social podem ser observadas nas diversas esferas da gestão governamental. No caso das pessoas em situação de rua, na esfera municipal, pode-se observar o esforço dos gestores por desenvolver medidas administrativas orientadas a implementar casas de acolhimento, cuja finalidade é assegurar alimentação, moradia e higienização às pessoas em situação de rua. Outras ações procuram reinserir as pessoas em situação de rua no convívio familiar. Segundo Singly (s/d, p.67) “as sociedades onde existe o Estado-Providência, é motivada para contribuir ou compensar os riscos e as desigualdades decorrentes, em parte, das intervenções de alter ego, no Estado de direito”. Assim, tem-se a perspectiva de instrumentalização da reforma do Estado através das políticas públicas na discussão acadêmica. De acordo com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SDN, 1984, p.20):

No grupo de políticas destinadas à racionalização de estruturas e melhoria de produtividade, as intenções governamentais revelavam-se vagas na medida em que não enumerava as políticas e referia-se ao grupo anterior como tendo também importância para alcançar estes objetivos. Há referências à necessidade de corrigir a distribuição regional dos investimentos industriais e a estrutura de tamanhos. Nas palavras do plano, o mecanismo se daria, basicamente, a partir das alterações de estrutura-descentralização de atividades, o que levaria à reforma tributária.

A modalidade de atendimento funciona através de atribuições profissionais que é acompanhada por avaliação de programa e projeto do RUARTES que supre as necessidades da política de alta complexidade de assistência social das pessoas sem teto. Segundo Bursztyn (2003, p.08) “o sistema global produz pessoas descartáveis, que passam a viver do descarte do consumo. Como se os seus humanos fossem lixo, vivendo na rua, e da rua, dos ricos. O descarte social e o descarte do consumo se unindo, um vivendo do outro”; e assim se verifica a desigualdade social nos brasileiros.

Com o crescimento de João Pessoa modificou-se a infraestrutura, a urbanização de bairros, a expansão da cidade e zona urbana de habitacionais. Segundo Cunha (2010,

⁵ BURSZTYN: 2003: 12)

p.17) “a realização do censo permite a identificação das especificidades regionais ou municipais de maneira que possam ser traduzidas em estratégias políticas de intervenção com maior aderência ao perfil dos membros dos agrupamentos sociais de cada área, possibilitando, também, a comparação inter-regional de segmentos desse setor da população brasileira”. Com isso podemos verificar as desigualdades sociais na capital paraibana.

A concentração populacional nas grandes cidades, a reestruturação do setor industrial e o pouco crescimento econômico estão criando um novo elenco de carência e problemas, relacionados ao desemprego, à desorganização, a violência urbana e à insegurança pessoal que culminam em situações comuns de exclusão. Afirma que a pobreza em sua maioria é urbana, localizada na periferia das grandes cidades e constituída por pessoas em grande parte originárias do campo, cuja integração ao mercado de consumo não obteve a respectiva correspondência com o mercado de trabalho e assim disse Arrá (2009, p.03).

A população identificada na idade economicamente ativa destaca-se através da distribuição de raça e cor, por exemplo, os pardos entrevistados são de 39,1%, uma proporção da população brasileira que é de 38,4%, a população branca é de 29,5%; os negros são de 53,7% e a população dos negros é de 27,9%, a população geral é de apenas 6,2%. As pessoas em situação de rua que foram entrevistadas em sua grande maioria são negras, a soma entre negros e pardos se classificam em 67% se comparados aos níveis das pessoas encontradas pela proposta do IBGE.

Nos diversos encontros com pessoas em situação de rua, constatou-se que os caminhos percorridos por cada uma delas foi diferente. Uso compulsivo de drogas, desagregação familiar, pobreza extrema e outras tantas causas sinalizaram a rua como o espaço de vida para essas pessoas. Sem dúvida, a rua para essas pessoas restou, provavelmente, como “única” opção de continuar sua existência.

Existe um elo entre as pessoas em situação de rua: a experiência de constantes rupturas. Escutando as trajetórias de vida dessas pessoas pode constatar-se a experiência de sucessivas perdas. Nesse sentido, como aponta Bauman (2005), a condição de uma pessoa desprovida do mais elementar para sua sobrevivência, como é a carência de teto, de moradia, se constitui no indicador essencial de perdas profundas que deterioram os valores e a auto-estima que caracterizam essas pessoas. Para o referido autor, essas pessoas se tornam sujeitos passivos, destinatários do lixo das elites privilegiadas e das

esmolas fornecidas pelo Estado na forma de assistência social. Em outras palavras, o que resta dos outros se torna patrimônio para as pessoas em condição de rua.

1.3. A VIDA NAS RUAS

Em agosto de 2007, por encomenda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Instituto Meta e de representantes dos movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, foi realizada no Brasil uma pesquisa sobre pessoas acima de dezoito anos em situação de rua. A pesquisa abordou 71 cidades brasileiras. Nesta pesquisa, foram identificadas 31.922 pessoas em 23 capitais; sendo que a maioria da população de sexo masculino; 82,0% parda; 39,1% com baixa escolaridade e 48,4% não concluíram o primeiro grau. 53,0% dessa população na faixa etária entre 25 e 44 anos de idade. Em relação ao Estado da Paraíba, constatou-se que 45,8% dos entrevistados da população de rua sempre moraram na cidade de João Pessoa.

Os dados obtidos sinalizam que existe um número significativo de pessoas que vivem em condições de desemprego, de empobrecimento e de abandono ou ruptura de vínculos afetivos e familiares. Para Burstyn (2003) esses dados questionam as profecias do pensamento socialista sobre a marcha do mundo moderno. Para os socialistas, era de se esperar que as contradições do capitalismo tragam formas de organização social que oponham resistência e desenhem formas de vida mais includentes e menos devotas do consumo. Contudo, o que se observa é que o capitalismo continua a passos galopantes empurrando cada vez mais crescentes contingentes de pessoas para miséria e pobreza no Brasil. Para ele, o primeiro mundo, glamoroso, seria marcado pelas forças dos mercados do trabalho e da livre iniciativa de produção que marcou a presença do Estado Keynesiano, regulamentando as normas, as instituições, empreendedorismo e protecionismo do mercado. Com isso, é importante analisarmos algumas das teorias formuladas na nova era dos ricos e das marginalizações através da nova estrutura estatal. Assim, as sociedades do terceiro mundo foram orientadas pela forma capitalista de desenvolvimento, gerando convivência entre a marginalização e setores integrados com sistemas produtivos capitalistas. Como assinala Burzstyn (2002. P.33):

A década de 1980 foi também o marco do surgimento de um novo ator social, nos países ricos: o novo-pobre (nouveau-pauvre). Corolário do desmoronamento do sistema de proteção social, num quadro agravado pela revolução tecnológica, que automatiza o sistema produtivo sem gerar novos postos de trabalho, esse novo personagem vai materializar uma inesperada e imprevisível reprodução, no mundo desenvolvido, do problema da desigualdade social, tão comum no terceiro mundo. Em outras palavras, ao invés do salvacionismo que se esperava com a opção pela via industrial capitalista liberal, o que começou a ocorrer foi uma desconcertante terceiromundização do mundo, inclusive no primeiro mundo.

Portanto, seguindo as idéias do autor, pode-se afirmar que o pobre pode ser visto como uma manifestação das formas de exclusão que é capaz de arquitetar as regras do mercado. Essa exclusão pode ser entendida no sentido em que a inserção no mercado de trabalho demanda treinamento de mão de obra, requisito que as pessoas que cresceram em setores da sociedade marcados pela pobreza não podem cumprir. O desencaixe da dinâmica do progresso que sofrem os pobres deixa seqüelas profundas de sofrimento e desadaptação social. A falta de vínculos sociais, a percepção da impossibilidade de se inserir ou se adequar às regras do mercado de trabalho, condenam as pessoas pobres a viver em condições permanentes de vulnerabilidade perante situações de salubridade, segurança e prevenção das diversas formas de dependência química.

Na tentativa de precisar o perfil das pessoas em situação de rua é conveniente lembrar alguns estudos realizados nessa linha de pesquisa. Por encomenda da Fundação de Economia e Estatística do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foi realizado um estudo em doze áreas de interesse do governo estadual desde o ano de 1998 discutindo sobre a pobreza urbana. Esse projeto teve como objetivo fornecer subsídios para o planejamento de Políticas Públicas em relação a erradicação da pobreza na Região Metropolitana de Porto Alegre. Conforme Costa (2005, p.4), em relação às pessoas em situação de rua podem ser apontadas três situações que denotam essa condição:

1ª-As pessoas que ficam na rua – configuram uma situação circunstancial que reflete a precariedade da vida, pelo desemprego ou por estarem chegando na cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes. Nesses casos, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues, ou locais públicos de movimento. 2ª- As pessoas que estão na rua –

são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento. É o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de papéis ou latinhas. 3ª- As pessoas que são da rua – são aqueles que já estão há um bom tempo na rua e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso do álcool e das drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência.

A situação de pobreza e exclusão que vivem em seu cotidiano as pessoas em situação de rua não ocorre nos países considerados de terceiro mundo ou em ascensão, como é o caso do Brasil. Como revela Paugam (2003) quando retoma a discussão do ocorrido nas últimas décadas na França em relação aos processos de transformação. São diversos os fatores que afetam negativamente grandes parcelas da população civil, e de modo especial aos jovens franceses. Entre outros, segundo o referido autor, podem-se mencionar a precariedade do trabalho, o desemprego, à incerteza do futuro, a exclusão social que padece um número significativo de pessoas por questões vinculadas com práticas de xenofobia ou por saturação de mão de obra qualificada. Embora esses fatores tenham grande visibilidade social, graças a intervenção de organizações sociais ou dos meios de comunicação, eles não são recentes, eles são padecidos por grande parte da sociedade desde o século XIX, em razão do avanço da sociedade industrial.

Como na França, no Brasil também se pode perceber, com certas nuances, um processo semelhante. Em razão das lutas de organizações sociais em favor da inclusão social e das garantias dos direitos fundamentais aos moradores de rua, foi reconhecido a Lei Orgânica da Assistência Social em 2005, uma lei que define a forma através da qual o Estado poderá assumir a responsabilidade de executar programas de Assistência Social, conforme as diretrizes ministradas pelo Decreto Federal nº 7.053 de dezembro de 2009, decreto que institui a Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua.

Como uma manifestação das Políticas Públicas de assistência às pessoas em situação de rua podemos mencionar o Ruartes. Uma iniciativa amparada com recursos do Estado, mas executada e coordenada pelas prefeituras. O objetivo do Ruartes é o de garantir acesso aos serviços públicos, a programas de assistência social e à participação de projetos de capacitação de possam facilitar a reinserção no mercado de trabalho das

pessoas em situação de rua. A equipe que integra o Ruartes conta com profissionais de diversas áreas do conhecimento e é monitorada por um grupo intersetorial que envolve outras esferas de governo.

A execução de trabalhos sistemáticos com pessoas em situação de rua demanda uma série de cuidados. De acordo com Cefai (2010) os modos de interação de uma pessoa em situação de rua são afetados por uma série de fatores que coíbem que outras pessoas mantenham contato ou interajam de forma tranqüila. Segundo o mencionado autor, essas pessoas, pressionadas por sua situação de penúria desenvolvem uma série de comportamentos compulsivos, denotam certa agitação corporal e um descuido com o cuidado com o corpo que é bastante visível. Por esses e outros aspectos, é compreensível que exista certo distanciamento entre a população e as pessoas em situação de rua. O contato é entorpecido pelo aspecto com que o morador de rua se apresenta. A apresentação deteriorada de seu aspecto físico facilmente é captada pelo transeunte. A percepção dessa corporalidade deteriorada incomoda o olhar, o olfato e o sentido do tato de quem trafega pelas ruas da cidade. Para Cefai (2010. P. 78), as percepções adquiridas pelos órgãos dos sentidos suscitam nas pessoas diversas emoções, as quais interferem ou alteram qualquer processo de interação social.

Os olhares de alguns transeuntes sobre as pessoas em situação de rua têm uma expressão de repulsa, em consequência do constrangimento que causa seu estado de penúria: sujos, malcheirosos, vagabundos; às vezes expondo deformações ou ferimentos e, na maioria das vezes, apelando de todas as formas por uma esmola. Outras pessoas podem expressar um estado de ameaça ou de medo, em razão de predominar no senso comum a percepção da pessoa em situação de rua como uma ameaça, como potencial “ladrão”. Em razão dessas e de outras manifestações relacionadas à vida das pessoas em situação de rua verificamos o receio das pessoas de serem abordados pelas pessoas em situação de rua. De acordo com Mattos (2004, p.47),

“É comum negligenciarmos involuntariamente o contato com elas. Habitado com suas presenças parece que não estamos sensibilizados em relação à sua condição (sub) humana. Em atitudes mais violentas, alguns chegam a xingá-los e até mesmo agredi-los e queimá-los, como nos lamentáveis casos noticiados pela imprensa”.

Contudo, pessoas sensíveis à situação das pessoas em situação de rua têm um olhar menos prevenido. Nessa linha de pensamento pode-se citar as manifestações

contidas na Cartilha de Movimento Nacional da População de Rua (2010). Em um dos seus apertes, o texto faz um apelo para que a população mude seu olhar sobre as pessoas em situação de rua, conforme o texto, essas pessoas, mais do que algozes, devem ser vistas como pessoas que precisam de ajuda para superar suas dificuldades. Em uma de suas páginas o referido texto afirma que:

“muitos [moradores de rua] perderam seus empregos e romperam vínculos afetivos por não conseguirem conviver dentro de suas casas. Outros, pela dependência química, tiveram estas relações agravadas. O que se vê é um processo de perdas, do trabalho, da família, dos amigos e até mesmo da esperança de viver” (pg. 07).

Em diversos encontros com pessoas em situação de rua constatamos que grande parte delas tem uma história de vida familiar e/ou profissional conforme com os modelos de vida comuns na sociedade. Segundo Costa (2005), a vida itinerante nas ruas exacerba a perda de vínculos familiares, emprego, violência; a perda de autoestima, o consumo de drogas, alcoolismo, doenças mentais e a submissão à vivência de uma série de situações degradantes.

Quando questionados pelo registro da maior perda sofrida, as pessoas em situação de rua por nós entrevistadas apontavam como principais perdas os vínculos familiares e as oportunidades de trabalho. De fato, o trabalho se apresenta para o comum das pessoas como uma atividade primordial para assegurar subsistência física em razão dos rendimentos acolhidos, cuja principal finalidade é de assegurar o sustento da família. Mas os proventos do trabalho, além de representar a segurança da assistência material, eles também representam um valor simbólico que na vida prática se traduz em possibilidades de construção de um tipo de identidade acorde com o meio social onde o indivíduo está inserido. A materialização dos vínculos empregatícios em documentos como a “carteira de trabalho”, finda em reconhecimento social e autosatisfação individual.

Em nossa pesquisa constatamos que não sempre as pessoas em situação de rua permanecem em um estado de desocupação. Algumas delas exercem atividades consideradas, sob a ótica do trabalho, como informais. No entanto, no senso comum a imagem que prevalece é a de ver nelas pessoas inúteis, improdutivas, preguiçosos ou vagabundas. Para Dominguez Jr., (1998, p. 14), essa imagem tipificada do indivíduo em

situação de rua como vagabundo, incapaz e de "sujeito que não quer trabalhar", termina se impondo para sociedade em geral.

As representações construídas em torno das pessoas em situação de rua, com frequência, obedecem mais à imaginação do observador que à realidade dos sujeitos observados. Mas como conhecer o mundo das pessoas em situação de rua se ele continua distante, invisível para o comum da sociedade? Nessa linha de pensamento o caso do Censo de 2000, realizado pelo IBGE por amostragem domiciliar, pode ser um bom exemplo. As pessoas em situação de rua, se estado de vida, suas demandas, suas atividades e outros aspectos da sua vida não foram registrados. No conjunto dos habitantes do Brasil, o número de pessoas em situação de rua não foi computado, em razão da falta de referência de moradia, de endereço residencial fixo.

O fato de não ter um espaço físico que possa servir como referência de residência faz com que o registro das pessoas em situação de rua seja um desafio difícil de ser enfrentado pelos agentes do Estado. Na busca por dados quantitativos sobre essas pessoas, identificamos fontes “alternativas” às do Estado como é o caso dos dados obtidos mediante pesquisas realizadas por universidades ou por órgãos municípios. Muitas dessas pesquisas coletaram esses dados como questões periféricas, dado que a finalidade das suas pesquisas era a de levantar indicadores para planejar ou executar ações de interesse coletivo ou para enfrentar desafios relativos às necessidades da realidade local. O desconhecimento da situação em que vivem as pessoas em situação de rua pode ser consequência do pouco interesse que essas pessoas suscitam. Segundo Santos (2005), o interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero não sempre estabelece conexões com a situação de pobreza e de abandono social em que vivem essas pessoas. É possível que o envolvimento da pesquisador/a com a história dos vencedores seja maior que sua sensibilidade com os vencidos. É possível que por causa dessa preferência sejam omitidas dos seus registros as narrativas dos oprimidos e a análise do sentido e da natureza de sua opressão, assim como certa ignorância em relação às desigualdades econômicas existente entre os indivíduos na nossa sociedade contemporânea.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, os direitos sociais são considerados como direitos fundamentais de todo cidadão. Nessa perspectiva é que pode ser entendida a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), regulamentada nos artigos 203 e 204 da Carta Magna, a qual define a Assistência Social

como uma política pública que expressa uma finalidade do Estado. Quando observamos as diversas mudanças sociais ocorridas no país, percebemos que a eficácia do LOAS, no entanto, existem grandes desafios para os quais ainda o Estado não encontrou uma solução eficaz. Um desses desafios é o de assegurar residência digna para todos os cidadãos.

O problema da moradia das pessoas em situação de rua está relacionado com a desfasagem entre o número de habitantes e o déficit habitacional existente, principalmente nas grandes cidades do país. A dificuldade para que pessoas das camadas sociais baixas consigam moradia, cria as condições para que aumente o número da população considerada como “sem-teto”. A vida sob essas condições coloca as pessoas em situação de rua em uma condição de vulnerabilidade física e de desagregação social e familiar. Manter vínculos afetivos e/ou sociais e, ao mesmo tempo, lutar pela própria sobrevivência dificilmente pode ser considerada como uma tarefa fácil.

Em diversos depoimentos ouvimos uma série de lamentações das pessoas em situação de rua em razão das dificuldades que encontram em seu cotidiano. Essas pessoas dormem de papelão e plástico em qualquer lugar que lhes poupe do frio da noite: nas calçadas das ruas, nos encostos de prédios ou debaixo de bancos de parques. Sobreviver na rua é uma façanha individual. Na maioria dos casos, as pessoas em situação de rua agem isoladamente, sendo poucos os casos que se podem registrar de vínculos afetivos ou sociais construídos entre pessoas em situação de rua⁶. Sem ajuda ou proteção de outrem, elas podem ser vítimas de violência de grupos intolerantes que percebem sua presença como inconveniente ou ameaçadora. Se o amparo da família e dos amigos é escasso, a assistência de instituições públicas ou privadas é ainda mais evidente. Em diversas entrevistas com os assistentes sociais ou com outros profissionais ao serviço dessas instituições ouvimos as dificuldades que eles encontram para estabelecer contato ou manter algum tipo de vínculo com as pessoas em situação de rua. Os obstáculos encontrados por esses profissionais nas suas abordagens às pessoas em situação de rua suscitava neles uma série de questionamentos em relação ao exercício de sua vida profissional.

⁶ Para uma descrição mais detalhada sobre a construção de vínculos afetivos entre pessoas em situação de rua pode-se ler o texto de Monica Rodrigues (2010, p.139).

Em nossa pesquisa verificamos que a idade das pessoas de rua está entre 25 a 55 anos. A maior parte dessas pessoas carece de algum tipo de formação profissional e possui 1º grau de escolaridade. Em uma pesquisa nacional foi revelado que quase 70% das pessoas em situação de rua são consideradas como pretos e pardos. Da mesma forma, essa pesquisa mostrou que o número de homens é maior que o das mulheres, embora esse quadro mude frequentemente com certa tendência à nivelção do número entre homens e mulheres. A maior parte das pessoas em situação de rua trabalha em algumas atividades esporádicas, mas remuneradas. Estimando-se que 70,9% trabalha catando material reciclável. A mesma fonte informa que em torno de 15,7% dessas pessoas são “mendigos e pedintes”. A maior parte das pesquisas aponta que a maioria das pessoas que está nas ruas é da própria cidade ou região de origem. Elas apresentam em suas vidas histórias de desemprego ou de desempenho de trabalhos instáveis e precários, como os da construção civil, ou atividades específicas de rua, como guardadores de carro e catadores de materiais recicláveis. Sendo essas atividades esporádicas, exercidas, quase sempre, de forma espontânea, as pessoas em condição de rua não podem ser identificadas como trabalhadores.

A ruptura com as diversas esferas do mercado de trabalho pode ser indicada como uma importante causa para que algumas pessoas em situação de rua não possam retornar às suas famílias ou se inserirem no convívio social. Sabe-se que o emprego tem grande importância para o ser humano, ou seja, dignifica uma pessoa na sociedade. Inserido no mercado de trabalho um indivíduo sente que é mais respeitado e tem uma certa margem de poder no núcleo familiar. Uma pessoa sem emprego se sente excluída na sociedade moderna no que se refere a uma maior possibilidade de usufruir de bens materiais necessárias. Nessa linha de pensamento, as palavras de Burstyn (2003, p.36-37) são bastante esclarecedoras:

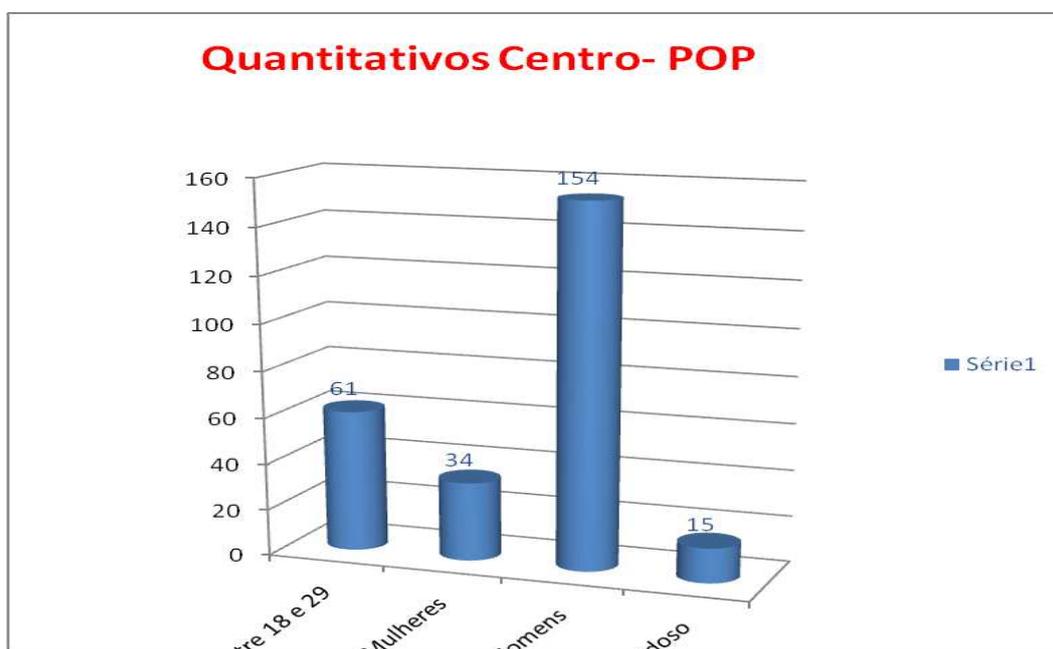
Desempregados crônicos em países ricos podem usufruir de benefícios sociais que os protegem contra os riscos de caírem para os patamares da miséria. São pobres e dependem da proteção social pública, mas podem dispor de condições básicas de segurança social (alimentação, saúde, formação profissional e mesmo abrigo). Já desemprego crônicos dos países pobres, que nunca foram beneficiários de políticas de proteção social amplas e universalizadas, são empurrados da pobreza para a miséria e, daí, acabam sendo objeto do estigma da “desnecessidade”.

O desemprego é um fenômeno que pode gerar situações de conflito em um indivíduo a depender de como encara a situação, desde aflição a ansiedade por não poder pagar as suas contas e quitar com as suas obrigações do dia-a-dia.

Por outro lado, das pessoas que vão para rua por vontade própria é mínimo o percentual, girando em torno de 3% (três por cento), sendo que somente 2% (dois por cento) saíram de casa à procura de emprego ou de oportunidades de trabalho formal na capital paraibana. Por fim, 27% (vinte sete por cento) não declararam por quê estão nas ruas da cidade de João Pessoa, não justificando o motivo que levaram a configurar o fenômeno de situação de rua.

Em diversos diálogos constatamos que as sucessivas perdas leva essas a vivenciar sentimentos de desesperança ou de impotência perante a vida. O gráfico seguinte sintetiza as estatísticas feitas em torno das pessoas em situação de rua.

Gráfico 1- POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA CADASTRADA NO CENTRO POP.

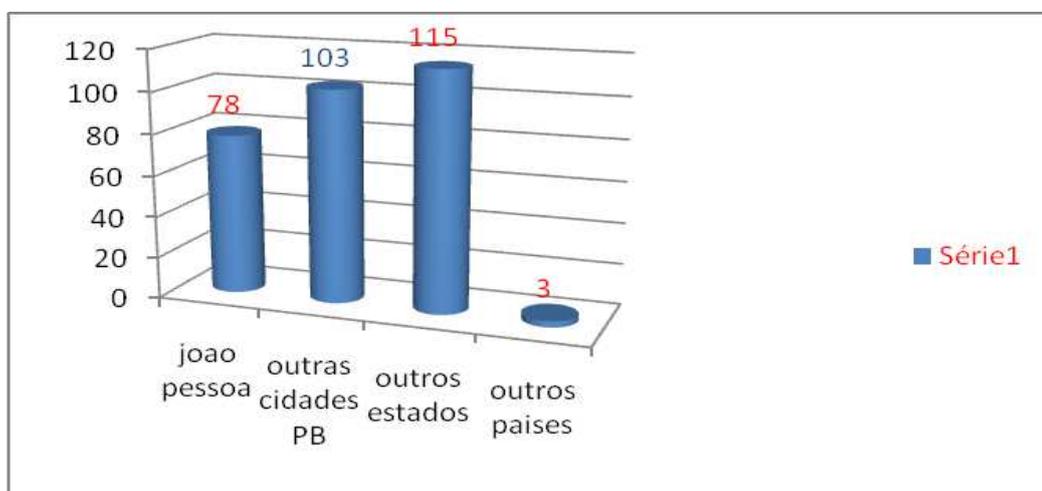


Fonte: no Centro da População de Rua

O gráfico Série 1 denota que 61 (sessenta e um) jovens entre 18 a 29 anos se encontram em situação de rua; seguido por 34 (trinta quatro) Mulheres; 154 (cento cinquenta e quatro) Homens e, finalmente, 15 (quinze) Idosos, sendo todas as pessoas em

situação de rua em João Pessoa. O restante das 299 pessoas em situação de rua são crianças. Na execução de nossa pesquisa constatamos que do conjunto de pessoas em situação de rua, a situação das crianças é a mais crítica, dado que estas, em sua maioria, carecem de espaços de amparo e proteção. As instituições que para albergar crianças, no geral, são aquelas criadas para uma finalidade disciplinar, para albergar crianças infratoras. Por isso, mostramos especificamente os quatro itens do gráfico acima. As 35 crianças que foram cadastradas estão somente de passagem no Centro do POP, aguardando por um encaminhamento por parte das entidades responsáveis para instituições que tenham algum tipo de estrutura para internação. O seguinte gráfico descreve o levantamento de dados realizado em diversas regiões da Paraíba.

Gráfico 2 - População de Rua (brasileiros e estrangeiros)

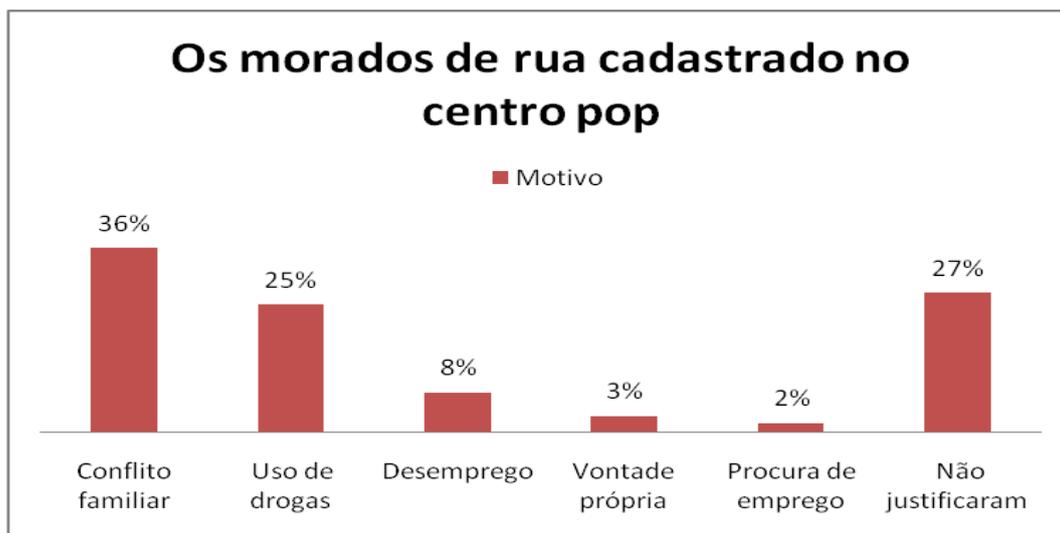


Fonte: no Centro da População de Rua

A assistência social tem seus direitos regulamentados nos artigos 203 e 204 que garante a sobrevivência, a convivência familiar, o acolhimento através dos programas encarregados de elaborar serviços, projetos e benefícios sociais que são desenvolvidos mediante ações de assistência social. Entre os moradores de rua que residem na cidade de João Pessoa se tem o registro de 78 pessoas; sendo que 103 pessoas vieram de outras cidades do Estado Paraíba; 115 pessoas também vieram de outros Estados do Brasil e 03 são estrangeiros, ou seja, vieram de outros países como Angola, Cabo Verde e Uruguai. Em certa medida, esses dados revelam que a população em situação de rua na cidade de João Pessoa cresce gradativamente, fato que constitui um desafio para a

elaboração de políticas públicas de contenção do fenômeno ou de inclusão social das pessoas que estão vivendo nas ruas.

Gráfico 3



Fonte: no Centro População de Rua

Conforme os depoimentos das pessoas em situação de rua cadastrada, o Centro Pop aponta a desestruturação familiar, medida em 36%, como a principal causa para que essas pessoas fujam do convívio social. Da mesma forma, o uso de Drogas foi identificado como outro fator importante que induz muitas pessoas a viver nas ruas. Das pessoas em situação de rua entrevistadas, mais de 25 % é considerada como usuária de algum tipo de droga. Sabe-se que as drogas são substâncias químicas que provocam alterações psíquicas e físicas depois de seu consumo. Estudos médicos apontam que o uso freqüente gera dependência e que quando consumidas, circulam na corrente sanguínea causando problemas de dependência química, respiratória, celebrais entre outros problemas de ordem psíquico e neurológico. Os estudiosos do consumo de drogas sugerem que os usuários de drogas poderiam ser classificados como experimental, ocasional, habitual, dependente, abusivo e crônico. Em nossa abordagem às pessoas em situação de rua, constatamos que os usuários de drogas poderiam ser classificados como crônicos. No senso comum, existe a relação entre usuário de droga e prática de violência física. Esse registro do imaginário social relacionado com a

dependência química que algumas pessoas em situação de rua padecem, cria um quadro de risco para os transeuntes e coloca o morador de rua em uma situação de vulnerabilidade, em razão de possíveis agressões que possa vir a padecer pelas atitudes preventivas da população.

1.4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Com o processo de redemocratização no Brasil, pós ditadura militar tentou-se regularizar as normas de crescimento da economia interna para uma estrutura do Estado, que é ineficiente e corrupto em suas atividades. A caracterização da pobreza sistematiza-se na comparação entre pobres e não pobres ou na sua participação da renda nacional do país. O percurso da pobreza ou da desigualdade social é um fenômeno distintivo de destituição. Por outro lado, não são fenômenos diferentes na nossa sociedade. Com isso podemos reduzir a pobreza ou desigualdade através da transferência de renda dos mais ricos para os grupos pobres.

Para Abranches (1994), o declínio do emprego e renda que mantenha o mesmo perfil da destituição se agrava com problemas de fome, doença, desnutrição e da mortalidade. Com isso, é preciso levar em consideração a deterioração da situação econômica e da manutenção do padrão distributivo. O ciclo poderia ter a redução significativa da pobreza através da incorporação do mercado formal que dá o efeito de crescimento.

Assim, no entendimento de Silva (2001), no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a pobreza tornou-se o centro de enfrentamento através do programa da Comunidade Solidaria. Isso mostra que os contrastes se tornam visíveis no país. Tudo fica evidente quando um país como Brasil fica na dependência ou submissão da FMI para pagamentos de dívidas. Os recursos financeiros destinados a programas sociais são cortados para manter as obrigações em dia com a dívida externa para manter a reserva de dólares no cofre do Estado em eventuais crises da economia global.

Com a concentração de renda em poucos brasileiros houve propostas de diminuição de renda per capita, com redução da renda do trabalho e o crescimento da participação dos mais pobres como beneficiários da distribuição dos recursos do Estado arrecadados na carga tributária. Isto porque não se consegue acompanhar os vários

ritmos de crescimento da população no país em que aumenta o desemprego e a precarização do trabalho. Portanto, com Silva (2001), o enfrentamento da pobreza requer o desenvolvimento de políticas sociais e, em relação à política econômica de redistribuição de renda, serviços sociais básicos para todos no que se refere à geração de emprego e ações globais.

O entendimento da pobreza continua insuficiente, ele se limita à preocupação pela mera sobrevivência das pessoas pobres. Existe um descuido em torno da análise das causas da falta de oportunidades de acesso à riqueza ou o direito ao consumo de bens socialmente produzidos possam manter as pessoas num patamar de dignidade ou inseridas em padrões civilizatórios da sociedade. As políticas de assistência social, pode-se afirmar, foram concebidas justamente na busca de uma política social pública para eficiência e reconhecimento do desenvolvimento em relação à participação da sociedade civil nas questões sociais. Desta maneira, a confecção dessas políticas visa o esforço do governo e da sociedade, assim como a base de espírito de solidariedade para gerenciar os recursos de erradicação da pobreza e da exclusão social. A partir do momento em que o governo de Fernando Henrique Cardoso implantou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), sancionada em 1993, vem se desarticulando a Política Assistencial e a Comunidade Solidária.

Assim, descrevem-se as propostas do Conselho da Comunidade Solidária com a participação direta do governo federal no desenvolvimento local para reduzir e integrar as cidades pobres no Brasil. Com isso, os problemas sociais não são resolvidos com Políticas Assistenciais. De maneira que a pretensão de declaração do governo é para superar os modelos de crescimento e de desenvolvimento econômico mediante distribuição de recursos, desenvolvimento de parcerias e geração de renda para os pobres do país. Este princípio foi desenvolvido nas localidades como também na integralidade de sustentabilidade conforme a Agenda 21, que é a referência das Nações Unidas em relação ao Meio Ambiente que foi realizada no Rio de Janeiro em 1992. Para isso, foram capacitados os líderes locais e celebrado um pacto de desenvolvimento que estabelecia as metas de responsabilidade social. Buscava-se capacitar uma equipe de gestor local que faz parte de um fórum também local com a garantia das ações determinadas “independentemente de mudanças nas administrações municipais” do país.

Segundo Silva (2001), o discurso oficial é ensinar o pobre a pescar, significando a substituição de políticas assistencialistas de erradicação da pobreza que incluía a “distribuição de cestas básicas” e de projetos que propiciem as estruturas de desenvolvimento de criação de renda nos municípios pobres. O projeto Comunidade Ativa foi criado pelo Congresso Nacional através de uma comissão mista de Combate à Pobreza que tem como finalidade estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Por outro lado, foi criado, num primeiro momento, um Fundo Constitucional de Combate à Pobreza vinculando os recursos tributários, num segundo, a preservação do salário mínimo e, finalmente, num terceiro momento foi criado os direitos sociais e a garantia de uma renda mínima que objetiva suprir os gastos sociais como alimentação, moradia e vestuário, bem como criar o orçamento social.

Para Silva, o fundo de erradicação da pobreza tinha como objetivo financiar as ações específicas transferindo a renda na educação, gerenciando o emprego e o crédito para ações de saneamento levando, assim, às áreas de impacto de redução de pobreza, sendo aprovado em junho de 2001. Na necessidade de garantir o programa de Bolsa-escola, criado neste período, através do governo FHC, tinha-se a prioridade de ajuste da economia e das políticas sociais. O pacote antipobreza do governo federal é composto por quinze programas sociais, entre eles, a renda mínima de combate a mortalidade materna, alfabetização e saneamento básico. Como isso, tem-se a forma de “reduzir as desigualdades regionais melhorando as condições de vida das áreas mais carentes” do país. As Unidades da Federação foram observadas pelo Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, pelo programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD. No que se refere à educação e renda, 14 estados estão longe da média determinada, ou seja, inferiores àquele que o Índice de Desenvolvimento Humano estabelece para a sociedade. Dessa maneira são contemplados na pesquisa os estados da Paraíba, Maranhão, Acre, Bahia, Alagoas, Pará, Piauí, Pernambuco, Roraima, Tocantins, Sergipe e Rio Grande do Norte. Uma população de 33.260.240, com 253 municípios em 2000. Por outro lado, em 2001, tem-se uma previsão de 796 municípios, podendo totalizar 875 e 1924 municípios em 2002. O projeto alvorada foi indicado para o Plano de Apoio aos Estados de menor índice de desenvolvimento humano com o objetivo de criar as

diversas ações de programas que vão melhorar a condição de vida das pessoas nos municípios carentes.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, os programas de assistência social foram implementados e outros foram criados para atingir novos objetivos relacionados com a superação da pobreza no país. Um dos projetos de maior visibilidade foi o programa Fome Zero. Esse programa teve como objetivo combater a falta de alimentação nas regiões mais pobres do país. Para isso, incorpora o programa de Bolsa Família que foi criado em 2003. Teve como principal ação de governo unificar os benefícios já existentes, entre os quais, a Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Para Dihl (2012), o governo Lula adotou um conjunto estratégico que traduz os benefícios de diversas esferas sociais, podendo-se destacar os diálogos com os movimentos sociais e a independência externa em relação às suas demandas, como ocorreu no período de 2003 a 2006. Além de ter conseguido reduzir a dívida externa, o ex-presidente Lula conseguiu desenvolver diversos setores da economia nacional, entre eles, os benefícios criados para apoiar os pequenos produtores. Foram destinados 7 bilhões de reais para incentivar programas voltados para a agricultura familiar. No entanto, paradoxalmente com o discurso do governo do PT, foram destinados mais de 37 bilhões para fortalecer o agronegócio que aumenta o poder dos grandes capitais do país. Embora desiguais, essas medidas foram importantes para o desenvolvimento do país. Somado o aumento do salário mínimo em 75%, o aumento do consumo que esse fato trouxe, a consequência foi a esperada: maior consumo, maior fortalecimento da indústria brasileira, maiores possibilidades de ampliação do quadro de vagas no mercado de trabalho.

As políticas sociais contemplaram também a implementação de estratégias institucionais para setorializar as formas de assegurar assistência social às pessoas, conforme a demanda de suas necessidades. Nessa linha de pensamento, começam a ser desenhados projetos com enfoques particulares. Entre esses projetos destacamos o RUARTES, um projeto que visa suprir as necessidades da política de atendimento às pessoas em situação de rua.

Mediante a combinação de diversas ações, o RUARTES assumiu o desafio de abordar crianças e adolescentes que moram nas ruas da cidade de João Pessoa. Um dos focos de ação para interagir com essas crianças e os adolescentes foi investir esforços na educação através das atividades artísticas e culturais. Entre essas atividades destacamos

atividades voltadas para teatro, música hip-hop, circo e dança. Mediante as vivências que tivemos junto com o RUARTES, percebemos que há uma preocupação pelos responsáveis pelo projeto de respeitar a intimidade e as limitações dos usuários do projeto. Nesse sentido, dos registros de Cunha (2010, p.17) consideramos pertinente destacar as seguintes ponderações:

Levantar desafios e recomendações sobre a realidade desse grupo. Pretendia-se, ao realizar o levantamento, quantificar e conhecer um pouco mais a respeito do modo de vida e das características socioeconômicas desse segmento, tendo como objetivo principal a formulação de políticas públicas dirigidas a essa população.

Assim, o programa desenvolve a atividade do CIRCO RUARTES e no espaço local de rua em que as educadoras e educadores “realizam uma semana de atividade e apresentações” que o denominam como “AMOSTRAMENTO”, uma atividade reconhecida como a marca do projeto. Nestas atividades, tem-se 14 intervenções nas áreas escolhidas para traçar o perfil das pessoas em situação de rua, que envolve e compromete o espetáculo como uma forma de contar a sua história de vida. Desta maneira, Mediante o corpo-a-corpo, no dialogo pessoal os gestores do projeto tentam se aproximar das pessoas em situação de rua. Essas práticas, segundo Cunha (at. 2010, p.17) são realizadas com a finalidade de conhecer as características desses indivíduos que estão em situação de rua através dos aspectos considerados pertinentes para orientar a construção de políticas mais adequadas em relação a este grupo. Dessa forma, optou-se pela combinação da abordagem censitária com a identificação do número de indivíduos e a coleta de um conjunto de informações essenciais traduzidas em um questionário reduzido e da abordagem amostral que coleta um conjunto de informações, a partir de um questionário ampliado, aplicado a um em cada dez indivíduos identificados.

O I Encontro Nacional sobre Pessoas em Situação de Rua envolveu os militantes dos movimentos sociais em 2005 em conjunto com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, discutindo as estratégias e desafios das pessoas vulneráveis. Com isso, o autor de vulnerabilidade da pessoa humana, Cunha (at. at. At.s/d. P.147) ressalta:

Tais dimensões dizem respeito a elementos ligados tanto às características próprias dos indivíduos ou famílias, como seus bens e características sociodemográficas, quanto àquelas relativas ao meio

social em que estes estão inseridos. O que se percebe é que, para os estudiosos que lidam com o tema, existe um caráter essencial da vulnerabilidade, ou seja, referir-se a um atributo relativo à capacidade de resposta diante de situações de risco ou constrangimentos.

A Secretaria de Desenvolvimento social desenvolve atividade política de Assistência Social no município de João Pessoa com a finalidade de promover a inclusão social e a proteção dos cidadãos em situação de rua no que se refere às ações sócio-educativas e de transferência de renda. Segundo Tosta (2003, p.09) “por mais diferentes que fossem culturalmente, quando aqui se encontraram há 500 anos, os portugueses e os índios tinham mais em comum, do ponto de vista das condições de vida, do que tem hoje um rico em relação aos moradores de rua da mesma cidade”, isso é verificado, principalmente, na cidade de João Pessoa.

As políticas de assistência social, em certa medida, forma fortalecidas com a chegada da presidenta Dilma Rousseff (PT)⁷ no ano de 2011, sendo a primeira mulher eleita como o chefe do Estado Brasileiro. Para Dihl (2012), a marca do Governo de Rouseff é a inclusão social e o esforço por erradicar a extrema pobreza no país, de maneira especial, superar a fome e a pobreza em todo território nacional. Nos primeiros dias do governo se elabora um renovado projeto político denominado “Plano Brasil Sem Miséria”.

Um setor importante de famílias brasileiras tem no seu rendimento per capita o valor de 70,00 reais por mês. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse baixo ingresso coloca essas famílias uma condição de precariedade que pode ser caracterizada como de extrema pobreza. Com ingressos escassos, o acesso à redes de esgoto e água, à falta da energia elétrica, ao analfabetismo de pessoas menores de 15 anos. Segundo Dihl (2012), a precariedade manifestada nesses aspectos denota o nível de vulnerabilidade em que essas famílias se encontram. A identificação de famílias com renda per capita de até 70,00 reais por mês fornece elementos importantes para pensar e definir ações sociais que possam reverter esse quadro de empobrecimento. A partir de uma leitura da vida dessas pessoas pobres desde uma perspectiva darwiniana, pode-se entender a pobreza como sinal de incapacidade, limitação ou

⁷ A trajetória da presidenta Dilma Rousseff, começou em 1964 na luta contra a ditadura, conhecido como Política Operária (Polop); faz parte de um grupo de posição a favor de ações Armadas, o Comando de Libertação Nacional (Colina), em 1967; e seu vínculo à Vanguarda Armado Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), que lhe deu a prisão e a tortura imposta pelo regime militar em 1970; depois disso se mudou para Porta Alegre/RS e passa apoiar o partido MDB, oposição do regime em 1973.

fraqueza do indivíduo que vive em condições precárias. No entanto, Simmel (1903, p.178) nos adverte que na discussão contemporânea sobre programas de renda mínima se assenta no paradigma da dádiva. Uma visão do pobre como um indivíduo inútil e a pobreza como a dimensão comunitária integrada por pessoas “desqualificadas” e “indesejáveis”. Contudo, o debate em torno dos direitos civis no contexto político republicano, a essa visão sobre os pobres contrapõe as noções de direitos mínimos de cidadania, fato que marca uma nova pauta no debate sobre a pobreza, a pauta centrada na redistribuição como uma das estratégias que permitiriam que a sociedade alcance os ideais da ilustração de justiça e liberdade.

Nos últimos anos o programa “Brasil Sem Miséria” sofreu alterações. Um dos critérios para definir o perfil do beneficiário é o número de filhos; antes o benefício era destinado a até 3 crianças de 0 a 15 anos de idade. Agora os beneficiários do programa são de 5 crianças dentro desta faixa etária. Na visão de Dihl (2012), o “Plano de Brasil Sem Miséria” enquanto política de combate a pobreza, assumirá o Plano plurianual-PPA de 2012 a 2015 que tem como objetivo integrar as políticas sociais e programas sociais que envolvem valores e metas até 2015 do governo da presidenta Dilma Rousseff. O Plano Plurianual- PPA de 2012/2015 por conter detalhadamente o “Plano Mais” possui estrutura do programa de Aceleração de Crescimento- PAC e demais programas como o Plano Brasil Sem Miséria, Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida. Assim, o “Plano Brasil Mais”, na sua dimensão do governo de Dilma Rousseff⁸ envolve o cenário econômico, social, regional e ambiental. A lógica foi concebida através da dimensão tática do programa Plurianual- PPA para a construção da sociabilidade que vem sendo desenhado desde o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Norteadas por estas preocupações do estado de vulnerabilidade, no entendimento do Estado, as diversas ações de assistência social se justificam no sentido em que essas pessoas não têm condições mínimas para viver com dignidade nem assumir os valores próprios da pessoa humana em relação a sua identidade cultural, ética e sexual em um contexto social pactuado em valores como a dignidade e o respeito. Além disso, o que se nota também é a fragilidade das pessoas em situação de rua no que se refere à perda de vínculos familiares e sociais. Portanto, a fragilidade é uma coisa ou objeto fraco (a) ou sensível, assim que enxergamos estes indivíduos na rua das nossas cidades. De

⁸ Conforme o projeto de lei PPA de 2012/2015 que foi implementada em 2011 na gestão da presidenta Dilma Rousseff, propõe a enfrentamento de visibilidade dos programas que englobam o Brasil Sem Miséria, na superação de extrema pobreza e desigualdades sociais no Brasil.

acordo com Henriques (s/d. p.03) o Brasil, ao completar 500 anos, talvez esteja descobrindo seu principal desafio. A pobreza é o mais agudo problema econômico do país. A desigualdade é o maior problema estrutural do país. Erradicar a pobreza e combater a desigualdade, binômio complexo que sustenta o projeto de uma nova sociedade. A construção de uma sociedade pactuada na justiça social demanda traçar objetivos concretos que viabilizem a reinserir de pessoas excluídas na dinâmica do progresso que almeja a sociedade.

É Possível que as demandas sociais elencadas em diversas marchas de protesta pelas ruas do Brasil estejam inspiradas na situação de penúria em que vive grande parte da população do país. A sensibilidade e a insatisfação perante a situação de pobreza em que vivem muitas pessoas incomoda grande parte da sociedade. O sentimento de insatisfação perante as diversas formas de pobreza pode ser bem descrito por Benz (2011, p. 01) quando afirma:

Primeiro de tudo, eu vejo um ser humano como uma relação simbiótica entre uma "pessoa" e seu "corpo". O corpo possui sua própria inteligência, assim como seu próprio caminho evolutivo. O corpo é a manifestação mais evoluída da Divina Consciência. É incrível como tantos sentimentos, emoções, pensamentos e estados de "ser" estão somente no corpo. Incluindo o medo da perda. Ou mau humor devido à baixa taxa de açúcar no sangue. Ou querendo estar com outros seres humanos. O segundo pequeno segredo é que todos nós precisamos ativar as capacidades e a habilidades do corpo humano, de aumentar o nível dele e da nossa vibração. E tudo que nós precisamos fazer para atingi-lo é desintoxicar-se fisicamente e vibracionalmente, ambos ao mesmo tempo. E Fisicamente pelo que comemos e bebemos e vibracionalmente pelo processamento de nossos medos. A pessoa, ou "alma", é a manifestação mais evoluída da Divina Consciência como o Outro.

A renovação e reinvenção das políticas públicas e das ações sócioassistenciais desenvolvidas pelo Estado resultam da vivência de novas formas de sensibilidade, como diria Durkheim (1994, p.90), a vida social é possível dado que “das ações e reações que ocorrem entre os indivíduos decorre uma vida mental inteiramente nova, que transporta nossas consciências para um mundo do qual não teríamos a menor ideia caso vivêssemos isolados”. Em especial estas pessoas vivem na situação de vulnerabilidade e fragilidade, de risco de discriminação social e de vida no seu cotidiano, seja com a família como também na sociedade. Para Durkheim (1994, p.91), o investigador social tem um compromisso com os processos de mudança social e a sociologia ganha

destaque no conjunto das diversas ciências porque ela é a ciência dos costumes, a que pode incitar esta consciência moral, temporariamente obscurecida, para que retorne ao que anteriormente era de maneira permanente; simplesmente opondo, durante certo tempo, a forma permanente à alteração transitória, afirmando o princípio sobre o qual a negação se apoiou, superando o caráter agudo e transitório da crise que o ensombrou o mundo.

CAPÍTULO 2. DIVIDINDO ESPAÇOS: UMA VIDA CARREGA DE TENSÕES E CONFLITOS

No processo civilizador vivenciado especialmente em ocidente, a vida sedentária trouxe consigo o sentimento de “posse” de um lugar fixo para morar. Possuir uma morada, em certa medida, tornou-se um indicador de emancipação humana, de autonomia, de liberdade e dignidade. A carga simbólica contida na posse de uma residência, de um local fixo para morar, na percepção do homem contemporâneo, tornou-se sinônimo de cidadania. No entendimento do homem contemporâneo a posse de uma residência é um fato naturalizado, a vida nômade, a vida nas ruas ou na peregrinação constante gera incerteza e desconfiança. Em qualquer acordo comercial a solicitação do “comprovante de residência” reforça a confiança e coloca em evidência que a residência fixa é uma parte imprescindível para pactuar acordos entre as partes. Em razão da naturalização da posse de residência, o fenômeno da vida nas ruas passou a ser visto como um caso excepcional que, por não ser comum, não pode ser considerado como um fato social que mereça preocupação das entidades públicas ou que demande uma explicação das Ciências Sociais.

A vida itinerante é um fenômeno que, com algumas variantes, faz parte da história humana. De acordo com Justo (2006), o século XIV pode ser considerado como referência do começo da preocupação pela posse de uma residência fixa. Como indicam os estudos sobre o capitalismo, nos primórdios da modernidade, como a emergência da propriedade privada teve origem o desdobramento de dois processos disciplinares: o da Legislação e o da expropriação. Em certa medida, nesse período se apresentou uma mudança com os moldes sociais estabelecidos pelo feudalismo, período lembrado como do reinado da moralidade cristã, no qual em ocidente a vagabundagem era considerada

como crime, como um comportamento “desviante” da ordem social estabelecida que deveria ser controlado pelas autoridades competentes. Como expõe de maneira brilhante Marx no final do Livro III de O Capital, a expropriação de terras dos camponeses, constituiu a relação social que permitiu o aparecimento de certo tipo proprietários de um patrimônio considerado como privados que, em breve, passaram a ser considerados como capitalistas. A expropriação da terra marcou o ponto de partida de um processo de expropriação que foi orientado para abranger a totalidade da vida social. A noção de “propriedade capitalista” não se limitou a coisas específicas, a qual pode se generalizar (como propriedade de bens), mas significou ter acesso ao monopólio do controle das condições (ou recursos) sociais da produção.

Do conjunto de aspectos sociais ligados à lógica da expropriação, sem dúvida que o aspecto que mais ganhou atenção nos estudos de Marx foi o da transformação do trabalho em mercadoria. No amplo quadro da vida social, observamos hoje que todos os que não detêm os recursos sociais de produção nas imensas magnitudes requeridas vêm sendo disponibilizados, libertados de freios sociais e impulsionados à extrema concorrência para a venda mercantil de sua força de trabalho. A venda da força de trabalho se justifica pela necessidade constante do consumo que, em sua devida proporção, assegura os modos de sobrevivência humana. A venda da força de trabalho não responde a uma pura economia e sim ao conjunto das relações sociais que as expropriações exacerbam e que sustentam a dinâmica capitalista. O mais-valor permanece gerado por trabalhadores cuja cooperação segue sendo estabelecida segundo as necessidades de valorização do capital, e não de necessidades da vida social ou da maioria da população. Da mesma forma, a atividade produtiva de mercadorias permanece coordenada, dirigida e controlada pelos detentores dos recursos sociais de produção, controle exercido de maneira direta ou indireta.

Como pode observar-se em uma leitura atenta da referida obra de Marx, a partir do século XVI começa um período que se caracterizara como o da era dos ex-camponeses, do exército de homens e mulheres que se viram obrigados a migrar para as cidades por consequência da desocupação, seja por causa da perda das terras para lavoura ou pela falta de oportunidades de inserção em atividades produtivas. No entanto, a percepção da cidade como espaço de oportunidades deve ser desconstruída. Em nossa pesquisa, identificamos muitas pessoas em condição de rua que viram com à cidade de João pessoa com a disposição de trabalhar, mas não tiveram oportunidade de

desempenhar qualquer tipo de atividade econômica. Exigidos a procurar modos de sobreviver, não restou para essas pessoas outro caminho que o de enfrentar a luta diária pela sobrevivência nas ruas.

A vida nas ruas criou no senso comum certa percepção bipolar das pessoas. Existe a distinção entre o vagabundo e o trabalhador. Que em termos de Marx podem ser designados como “os lumpens”, as pessoas que carecem de acesso às condições materiais de um trabalhador de uma determinada classe. Esse esquema de percepção bipolar se estabilizou a partir do século XIX até os nossos dias. Embora as utopias que propiciaram as condições ideológicas para a emergência dos Estados-nacionais, como são os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade façam parte do discurso político vigente, a presença de um número significativo de pessoas em situação de rua é cada vez maior. No Brasil, mesmo com o ideário do “Estado Novo”, a inserção das pessoas pobres na dinâmica do desenvolvimento continua sendo um desafio para os gestores do Estado. Nesse sentido, de acordo com Bursztyn (2003), o período de 1950-1960 vem revelando novos pobres no contexto da crise de paradigma estatal que protege o sistema de regulamentação das normas sociais do Bem- Estar. Com isso, a preocupação era maior com os novos pobres crescentes na sociedade; no Brasil neste período o problema era mais grave, pois os novos pobres vão se tornando os novos miseráveis devidos o fato de que o mundo do trabalho não os absolvía. Isso originou o surgimento da população em situação de rua. Com isso, não só somente desigualdades sociais, mas também como produto de poder público.

O empobrecimento de amplos setores da população, em certa medida, nos últimos anos tem sido fortalecido pelo abanco da globalização. Podemos afirmar que a globalização econômica vincula-se à exclusão social a partir do momento em que a expansão massiva dos meios tecnológicos e de informação não atinge de forma democrática toda a população, favorecendo o acúmulo de riqueza para os mais ricos e dificultando, assim, a emancipação social dos mais pobres. Como fenômeno social, a globalização econômica consolidou-se no mundo a partir de meados do século XX com a III Revolução Industrial, também chamada de Revolução Técnico-Científica. Entretanto, o seu surgimento está vinculado ao período das grandes navegações européias do final do século XV e início do século XVI.

Durante esse período, intensificou-se o processo de colonização. Desse modo, as nações colonizadoras impuseram sobre os povos colonizados sua cultura e o seu modo

de ver o mundo. Além disso, esses países foram responsáveis pela exploração maciça das riquezas naturais e sociais daquilo que viria a ser mais tarde chamado de “mundo subdesenvolvido”. Como produto, emergiu a exclusão social predominante nos países mais pobres.

A Globalização, nos moldes atuais, é comandada pelas grandes multinacionais e pelo neoliberalismo. Assim, grandes corporações se instalam em muitos países subdesenvolvidos em busca de matéria-prima abundante e mão de obra barata. Essa mão de obra barata não encontra alternativa a não ser a de se sujeitar a receber baixos salários, o que, em termos gerais, acaba configurando a origem da miséria em todo mundo. Outro problema que se configura nesse processo é a grande dependência econômica dos países mais pobres para com os mais ricos, ocasionada não só pela colonização, mas também pelo imperialismo. Isso acontece justamente por conta da integração econômica mundial, que sempre acompanhou a globalização. Sendo assim, essas nações não apresentam condições de oferecer infraestrutura, moradia e educação para a maioria da população, o que também contribui para a intensificação da exclusão social.

Em atenção a esses fenômenos que contribuem para o processo de empobrecimento de algumas camadas sociais a os dois fenômenos no final de século XX, foram desenvolvidos uma série de estudos voltados para orientar os diversos governos na luta pela contenção da pobreza. Nesse sentido, Justo (2006) destaca os estudos de sociologia urbana desenvolvidos por pesquisadores da Chicago, nos Estados Unidos. Para o referido autor, no ato de refletir em torno das políticas públicas de assistência social, é necessário destacar o primeiro trabalho sociológico, desenvolvido no ano de 1923 nos Estados Unidos da América, relacionado com os modos de vida desenvolvidos pelos moradores de rua. Em 1936, foi feito o segundo trabalho voltado para uma política pública que obrigava às pessoas em situação de rua para irem aos albergues. Segundo Barak (1992) essas análises não só registravam um fenômeno social, como também descreviam uma mudança nos modos de percepção dos processos de produção e reprodução de modos de vida no século XX.

Esses pesquisadores desenharam um projeto, fragmentado em etapas, para que o Estado consiga dar assistência aos moradores de rua. Em um primeiro momento a solução encontrada foi a de criar políticas estatais para financiar a manutenção de espaços residências para pessoas “sem teto”. Posteriormente passaram a analisar

estratégias de reforma urbana que, uma vez eliminados os hotéis para pessoas “sem teto”, chamados de *Single-room occupancy*, se passasse a construir sistemas residenciais que assegurem a essas pessoas, consideradas como ‘marginalizados’, formas de sobrevivência digna. Em razão da preocupação do Estado por essas pessoas, de forma significativa se modificaram as representações que predominavam no imaginário social em torno das pessoas em situação de rua. Conforme os registros das pesquisas da Escola de Chicago revelam que na década de 1950 o número de pessoas em situação de rua era elevado. Mas, com as mudanças ocorridas na relação dessas pessoas com o Estado, para a década de 1985 o número de pessoas em situação de rua foi reduzido significativamente. Possivelmente essa redução se explique pela mudança no modo em que as pessoas em situação de rua começaram a ser percebidas uma vez que começaram a morar em condomínios fixos e, conseqüentemente, a ter novos padrões de vida.

Segundo Barak (1992), a década de 1980 marca o começo de um novo olhar sobre o modo do Estado se relacionar com as condições e as histórias das pessoas sem teto nos Estados Unidos da América. Partindo da relação vida na rua/práticas de violência, o Estado começou a ter maior preocupação pelo controle e prevenção de casos de violência. Uma vez definida essa compreensão, começam a ser criadas uma série de políticas públicas para definir ações concretas orientadas às pessoas em situação de rua. No âmbito da justiça, o raciocínio criminalístico ganha um outro viés, no sentido em que o crime cometido por pessoas em população em situação de rua é punido com penas inferiores às aplicadas para outro tipo de cidadãos infratores. Dessa forma.

Contudo, um aspecto das políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de rua que ganhou destaque é o relacionado com a distribuição de renda para os necessitados. Em sintonia com a percepção de Abranches (1987), poderíamos dizer que as políticas de assistência social refletem, em certa medida, a direção das relações econômicas que cada vez mais estão em dependência de incentivos de acumulação de riqueza. Via de regra se entende que na medida em que os cofres públicos se fortalecem com a arrecadação de dinheiro, esses recursos se revertem em bem-estar social através da redistribuição de renda em benefício da população, principalmente dos setores mais vulneráveis da população. Assim, nas situações em que não houver os recursos abundantes para as pessoas que não tem possibilidade de alçar o recurso à sua

sobrevivência. Com isso, trata-se uma série de opções das políticas sociais no seu estágio de desenvolvimento que objetiva solucionar os problemas da população.

Assim, observa-se que as políticas sociais intervêm na dinâmica da vida coletiva mediante o fornecimento de recursos que ajudam a superar os desequilíbrios sociais, assim como promovem a igualdade entre os cidadãos. De acordo com Abranches (1987), a ação do Estado em relação à promoção de justiça social enfatiza o combate da miséria através das mudanças setoriais ou reformas estruturais que se baseiam na satisfação das necessidades básicas da sociedade. As demandas sociais e a impossibilidade de alguns setores da população não poderem assumir o peso dos gastos pessoais, possibilitou a tendência para certa padronização das políticas públicas voltadas a subsidiar serviços públicos, ato que beneficia também pessoas que não tem condições financeiras de pagar por esses serviços. Dentro dessa iniciativa, podemos afirmar que a população em situação de rua também é beneficiada. Elas são destinatárias dos mesmos benefícios da classe trabalhadora ou dos setores sociais que vivem em condições de miséria ou extrema pobreza. Essa sensibilidade ou preocupação do Estado pelas pessoas economicamente mais vulneráveis, em certa medida, é um reflexo da sensibilidade do comum da sociedade. Casos como os do servente de Pedreiro, Amarildo, chamam a atenção pela preocupação que a sociedade manifesta pelo bem-estar das pessoas excluídas. Nos meios de comunicação social, com frequência são veiculadas notícias relacionadas com a violação dos direitos humanos das pessoas pobres ou com o descaso das políticas públicas de assistência social. Em sintonia com Bursztyn (2003), poderíamos dizer que existe um desdobramento da sensibilidade social em favor das pessoas desfavorecidas. É inegável que há uma preocupação coletiva voltada à reinserção social ou na vida familiar dessas pessoas, à inserção no mundo de trabalho, à participação política e social e à proteção e tratamento dos dependentes químicos. Contudo, embora essa sensibilidade sobre as pessoas pobres seja perceptível, podemos dizer que não é regra ou comportamento padrão na sociedade.

De fato, algumas pessoas caracterizam as pessoas em situação de rua como vagabundas ou "doentes mentais", "loucas" e "desviantes sociais". Também elas são vistas como vítimas de distúrbios de personalidade. Segundo Ferreira Franklin (at. 2004. P.05), o critério psiquiátrico de avaliação de patologias é usado para fazer uma classificação dos atores sociais. Dentro dessa classificação aparecem pessoas

consideradas como “anormais”, as quais se contrapõem aos indivíduos considerados “normais”, muitas vezes as pessoas em situação de rua são vistas como “loucas” ou necessitadas de “internação”. No senso comum as pessoas em situação de rua são descritas como “anormais, dado que seus modos de vida e seus comportamentos não se ajustam aos padrões de comportamento considerados como “normais”. Em diálogos com populares percebemos que algumas pessoas entendem que os moradores de rua são pessoas desagregadas da sociedade e que as possibilidades de inserção social são inexistentes. Quando observam que as pessoas em situação de rua perambulam livremente, os julgamentos que escutamos é que “eles estão felizes com a vida que estão levando na sociedade”.

Na escolha dos espaços para seu repouso, as pessoas em situação de rua nem sempre optam pelos mais confortáveis. O critério de escolha é, quase sempre, pela segurança. Alguns lugares que podem ser confortáveis, podem oferecer riscos para sua integridade física. Em parte outras pessoas em situação de rua disputam os mesmos lugares ou os seguranças agem para despejá-los, quase sempre pela força. Durante o dia, um dos espaços freqüentados por pessoas em situação de rua são as praças. As praças, como lembra Mendonça (2007, p.298), são espaços de encontro e trânsito social. Elas pressupõem o desejo de expansão e, ao mesmo tempo, o desenho de um programa, de um momento de encontro. Deste modo, para o referido autor, enquanto a rua se caracteriza como “lugar de circulação”, a praça pode ser vista como um lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de espaço das mais diversas interações sociais. Essa visão da praça pode ser tomada como coletiva. Tanto cidadãos comuns, quanto pessoas em situação de rua percebem a praça como um lugar agradável para espairecer. Com essa representação de espaço, observamos que o uso das praças por pessoas em situação de rua findou em aumentar a rejeição e o preconceito sobre as pessoas em situação de rua. Observamos que muitas pessoas ficavam com medo de passar e conversar na praça, sendo este medo ligado também à população de rua, além do receio de assaltos e da violência para os transeuntes daquela localidade.

Escutamos muitos relatos nos quais se apontava às pessoas em situação de rua como culpáveis de práticas violentas e de situações de insegurança que a comunidade

vivência. É possível que essa atribuição da culpa pelas práticas de violência seja pelo fato de terem como espaço de vida a rua, sua existência é vista como anormal, ilegítima, fora dos padrões de comportamento estabelecidos na sociedade. Partindo dessa percepção, as formas de interação que os cidadãos estabelecem com as pessoas em situação de rua é marcada pela indiferença, por certo estranhamento e repulsa. Em diversos depoimentos, ouvimos de transeuntes se referirem às pessoas em situação de rua com termos como “loucos”, “descartáveis”, “indigentes”, “vagabundos” e outros tantos termos com forte conotação negativa. O aspecto físico com que se apresentam a maior parte de pessoas em situação de rua, reforça esse tipo de percepção. Segundo Ferreira Franklin (at, 2004, p.05), a estigmatização é inevitável. Para o referido autor, a estigmatização resulta do estereótipo do nômade urbano, da forma como ele se apresenta e é percebido pela sociedade. Na descrição do autor, o nômade urbano é reconhecido por andar com a “roupa esfarrapada, pele encardida com dermatoses, às vezes abrindo em feridas, corpo marcado por cicatrizes; unhas das mãos e dos pés enegrecidas, compridas e, por vezes, deformadas; dentes em parte caídos, em parte cariados; cabelos ensebados, olhos congestionados”, perdidos no horizonte sem maior visão que alcançar alimento, roupa ou alguns “trocados” que lhes permitam satisfazer necessidades imediatas.

O que pode ser considerado como desperdício, em muitos casos, passa a ser essencial para a sobrevivência das pessoas em situação de rua. Nesse sentido, como lembra Bauman (2003), as pessoas nômades, aquelas que por ficarem sem ocupação carecem de um ponto fixo para morar, são isoladas do convívio social, afastadas da rotina cotidiana da vida coletiva. Para elas é reservado “as sobras”, o que não foi consumido pelas pessoas que têm uma vida laboral ativa. A rejeição, os restos materiais, o lixo do mundo da ostentação e do consumo é o que as pessoas em situação de rua têm para assegurar sua sobrevivência. Para Bauman, não se pode acusar às pessoas em situação de rua como únicas responsáveis pelo estado de miséria e degradação humana em que vivem. Segundo o autor, essas pessoas são vítimas do progresso econômico nos moldes do “capitalismo selvagem”. Excluídas da sociedade, para muitas dessas pessoas apenas resta o desemprego, o alcoolismo e o consolo que pode dar o uso de drogas. Para Bauman (2005), é urgente que as instituições públicas e a comunidade em geral parem para pensar em mecanismos de inserção social e profissional dessas pessoas. Para ele, o

poder do trabalho e do combate à pobreza se constitui uma possível cura de maldição escassez. De tal modo se refere que as grandes aquisições de terra significam grande riqueza e estas significam espaço para um número maior de pessoas.

No entanto, parece distante o momento de alcançar a inserção das pessoas em situação de rua à dinâmica da vida coletiva pactuada no desenvolvimento econômico e social. O avanço do capitalismo continua na mesma linha evidenciada por Marx no século XIX. As pessoas em situação de rua são um grupo heterogêneo que apresentam fragilidade nos vínculos familiares e sociais. Segundo Valencio (2008), usando uma interpretação do “darwinismo social”, que deposita todas as expectativas na potência e capacidade individual, a responsabilidade pelo estado de pobreza e marginalidade em que vivem essas pessoas se faz recair nelas mesmas, tirando qualquer responsabilidade à sociedade como um todo e às instituições do Estado. Mas como despertar coletivamente a preocupação social pelo estado de penúria em que vivem as pessoas em situação de rua? A força do individualismo, como um traço característico da vida moderna, nos leva a pensar que é preciso desencadear todo um processo social de sensibilização perante os estados de penúria em que se encontram muitos seres humanos. Mas, essa tarefa não é fácil. Simmel (1903) nos lembra o processo de formação do indivíduo moderno e nos mostra como a mesma dinâmica da vida social leva este a voltar sua atenção para si mesmo. Referindo-se de forma concreta aos moradores das grandes cidades, Simmel afirma:

Na precisão de minutos da forma de vida, correm em conjunto rumo a uma formação da mais alta impessoalidade, atuam por outro lado de um modo altamente pessoal. Talvez não haja nenhum fenômeno anímico que seja reservado de modo tão incondicional à cidade grande como o caráter blasé.

Viver nas grandes cidades demanda dos indivíduos procurar o anonimato como uma forma de se preservar de possíveis agressões no fluxo constante de ação que se desenrola nos grandes centros urbanos. A indiferença perante as formas de vida que se desenrolam na vida urbana, para o referido autor, pode se tornar uma necessidade para sobreviver ao permanente bombardeio de processos de interação que se desdobram nas grandes cidades. Em outras palavras, desenvolver o “caráter blasé” é uma estratégia de proteção característica do indivíduo moderno. Em outras palavras, para Simmel, o habitante da cidade grande aprende a reagir não com o sentimento, mas com o

entendimento. A vida na cidade, demanda dos seus moradores um tipo de racionalismo específico, próprio e adequado, que lhe permita lidar com a intensidade e a velocidade das imagens, dos estímulos e dos impulsos que alcançam um nível extremamente elevado nas grandes cidades. Sem um mecanismo adequado de proteção, o indivíduo moderno está ameaçado de se desintegrar. Nesses termos, a objetividade, no tratamento das coisas e dos seres humanos, que o entendimento propicia, é adequada a um mundo no qual prevalece a lógica do dinheiro. E essa objetividade do entendimento e do dinheiro deixa as qualidades individuais de lado, submersas na indiferença; contrapõem-se à subjetividade e aos sentimentos que constituem a diferença e a individualidade. Dessa sorte, é pertinente perguntar: qual o caminho para mudar as condições de vida das pessoas em situação de rua? Face a essa pergunta, Cunha (2001), afirma que as pesquisas mais recentes sobre o urbanismo nas cidades grandes apontam às transformações sócio-espaciais. Os novos moldes da vida nos centros urbanos denotam uma constante nos níveis de insensibilidade e de segregação social. Para ele a desigualdade social continua sendo evidenciada pela “segregação espacial da população de baixa renda”. Sem condições financeiras para ter acesso a uma moradia mais adequada, a vida nas ruas se torna a única opção para muitas pessoas.

Ora, a pessoa em situação não tem residência fixa, família e trabalho formal, por isso são visto pela sociedade brasileira como vagabundos e incapazes, como "sujeitos que não querem trabalhar". Mas no discurso do próprio morador de rua a percepção dessa mesma situação é diferente. Como afirmava um depoente, “nós não somos vagabundos e esta situação não é culpa nossa. A gente gostaria de viver de outra forma. Nós também pretendemos ter uma boa aparência física e um bom cheiro”. Em certa medida, tanto Bauman quanto as pessoas em situação de rua apontam para um lugar comum na resolução dos processos de exclusão social. Existem sonhos, desejos, aspirações comuns em todas as pessoas, mas as possibilidades de realizar essas aspirações são desiguais. Nem todos têm as mesmas oportunidades de educação, da formação humana e profissional.

Nesse sentido, é pertinente lembrar o raciocínio de Jessé e Oelze (2005), quando nos desafiam a perceber que como consequência lógica da dinâmica social do contexto onde um ser humano nasce, seu futuro é previsível, no sentido em que as condições estruturais, em certa medida, definem as possibilidades que cada indivíduo tem para

enfrentar os desafios futuros. Nessa linha de pensamento, conforme Simmel, o advento da economia monetária, fundamentada no dinheiro, desempenha um papel fundamental do processo central da constituição na vida moderna. Conforme seja a posse de recursos, maiores são as possibilidades de expansão e liberdade que um indivíduo tem para assumir com maior autonomia a orientação de sua vida. Como afirma Jessé (2005), a liberdade que possibilita a autonomia financeira permite que um indivíduo possa lidar com constrangimentos e obrigações, e procurar por uma fórmula ideal, para uma mistura “bem-temperada” entre aproximação e distância em relação aos outros. Tal disposição de liberdade, em certa medida permite a cada indivíduo criar objetiva e subjetivamente uma consciência da independência individual em relação a terceiros, sem desvarios solipsistas. Mas, quando pensamos em pessoas que nasceram na pobreza e que perambulam pelas ruas das grandes cidades procurando o mínimo para sobreviver, podemos perceber que para essas pessoas vivenciar o valor da liberdade é uma possibilidade remota, algo que dificilmente pode ocorrer se não houver um processo de luta e mobilização social.

No âmbito da sociologia, pensar na pobreza é uma prática que mobiliza a reflexão e o engajamento político em processo de luta social. Sem esse engajamento, a enorme parcela da população que vive em condições de pobreza continuará em condição de uma “classe passiva”, incapaz de mudar o rumo trágico do seu empobrecimento e de sair da condição de exclusão social. Para que essas pessoas sejam resgatadas da miséria em um país democrático, via de regra, deve-se ter ações pautadas no exercício da cidadania e na intervenção do Estado mediante a execução de políticas públicas voltadas para a promoção humana dessas pessoas empobrecidas materialmente (Ivo: 2008). Portanto, além contar com o apoio dos órgãos públicos e privados de cada cidade é importante desenvolver um caminho de aproximação com os moradores de rua.

2.1. O ESTADO E A VIDA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A questão da pobreza faz parte da agenda de debates que se travam no Brasil. Esses debates são abordados a partir das mais diversas esferas: acadêmicos, políticos, entidades sociais de beneficência e agentes do Estado. Como resultado desses debates foram implementadas uma série de iniciativas articuladas na Política Nacional de Assistência, promulgada no ano de 2004, na qual se visam diversas estratégias voltadas para beneficiar às pessoas em situação de rua. Com a promulgação da Lei nº 11.258 de 2005, a qual inclui o parágrafo único do artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência social

(LOAS) para destinação das pessoas em situação de rua. Juntamente com essa iniciativa foi proferido o decreto sem número de 25 de outubro de 2006, através do qual foi criado um grupo de trabalho interministerial do Ministério de Desenvolvimento Social que visa a elaboração das propostas de Políticas Públicas para amparar à população sem teto.

Com a portaria nº 381, de setembro de 2006, do Ministério de Desenvolvimento Social, o Estado procurou apoiar serviços de acolhimento, deixando como resultado o registro de que foram assistidas mais de 300.000 pessoas sem teto. Essas ações de assistência contaram com a articulação das diversas esferas de administração pública, como são a federação, os estados e os municípios. A resolução nº 109, de setembro de 2009, tipificou os serviços assistenciais no âmbito nacional, ganhando destaque o serviço de atendimento à pessoa em situação de rua, como uma forma de Proteção Especial, e o serviço de Abordagem Social como Serviço de Acolhimento Institucional. O último mencionado visa integrar às famílias pessoas adultas ou crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua. Ações como essas nos permitem perceber que o serviço de acolhimento das pessoas desabrigadas faz parte da agenda de assistência social do Estado Brasileiro. na república como processo de saída das ruas do Brasil. Uma operação conjunta entre a Secretaria Nacional de Assistência Social e Secretária Nacional de Renda e Cidadania- SENARC nº 07, de 22 de novembro de 2010, reuniu as orientações dos municípios e Distrito Federal para a inclusão da população sem teto, a um Cadastro Único do programa social do governo federal. Pela primeira vez os recursos de governo federal, foram destinados às pessoas em situação de rua para oferta de serviço especializado, coordenados pelos municípios com mais de 250.000 habitantes e o Distrito Federal. E por fim, com a portaria nº 843 de setembro de 2010 que criou o Piso Fixo e de Média Complexidade dos serviços ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social para as pessoas em situação de rua.

Em princípio, essas iniciativas do Estado podem ser vistas como fazendo parte da agenda administrativa dos gestores do Estado. No entanto, na prática, o que se observa é que essas ações são executadas como estratégias de contenção de fatos sociais que podem alterar a ordem pública. Em outras palavras, mais do que a sensibilidade com as pessoas excluídas, o que move o Estado para executar essas ações é a preocupação por manter a ordem social. A realização deste trabalho com as pessoas em situação de rua mostra efetivamente a trajetória de exposição à violência nas ruas do Brasil e isso traz a

necessidade de desenvolver estratégias de inclusão social para liberar, e em ocasiões pacificar, os diversos espaços públicos, como por exemplo, praças, parques, prédios e outros espaços privados ou públicos que estejam em desuso ou abandonados. Para Engler (s/d, p.63), o espaço social é aquele que pertence a toda coletividade e se refere ao vínculo entre a sociedade e as pessoas que formam o tecido social. Com isso tem-se um número preocupante de pessoas em situação de rua, chegando a quase trinta mil pessoas que são desincorporadas e desfiladas do convívio social, isso de acordo com a pesquisa sobre as instituições visitadas nos espaços denominados pela população sem teto. Tais espaços são mantidos pelo poder público e também subsidiados pelas ONGs e organizações filantrópicas privadas, muitas das quais estão vinculadas à diversas Igrejas. Com isso, foram visitados albergues, casas de passagem de apoio, hospitais, clínicas ou mesmo casas de convivência e abrigo.

Foram tomadas as devidas precauções dos diferentes segmentos da sociedade em relação às pessoas em situação de rua no Brasil. De acordo com a Tosta (2003), o crescimento dos moradores de rua no espaço urbano começa com o desemprego e a violência urbana, sendo tais questões debatidos no mundo moderno. Conforme a pesquisa nacional sobre as pessoas sem teto, dentro dessa categoria são consideradas as pessoas vivem no amparo de barracos construídos com papelão, plástico, madeira ou outro tipo de materiais que não garantem a segurança das pessoas e que podem ser removidos facilmente. Pessoas que moram em lugares provisórios, que ocupam áreas privadas ou em áreas públicas abandonadas são consideradas também como sem teto. Com feito desta pesquisa, não se considera as pessoas que ocupam os prédios abandonados há mais de cinco anos e com razoável estrutura física, uso de luz elétrica, pose de eletrodomésticos e de outros bens materiais que facilitam seu conforto.

A pesquisa nacional sobre a população de rua mostra a forma de distinguir estas pessoas, por exemplo, “onde costuma dormir”? Partindo-se de tal questionamento para selecionar a população em situação de rua. Os entrevistados costumam responder que dormem na rua, podendo ser na calçada, praça, praia, viaduto, cemitério, barco ou no albergue, casa de passagem, abrigo e as instituições que abrigam as pessoas em situação de rua no Brasil. Em 2004, formularam políticas públicas sobre as pessoas em situação de rua. A Secretaria Nacional de Assistência Social realizou em setembro de 2005, o I Encontro Nacional sobre as pessoas em situação de rua, com objetivo de discutir a

representação, movimentos sociais e as estratégias de políticas públicas para todo território do Brasil.

A pobreza configura uma enorme parcela da população à condição de uma “classe passiva”, incapaz de mudar o rumo trágico do seu empobrecimento e de sair da condição de exclusão social. Para que essas pessoas sejam resgatadas da miséria em um país democrático, via de regra, somente será possível através de ações pautadas no exercício da cidadania com o direito de todas as pessoas e com a intervenção do Estado mediante a execução de políticas públicas voltadas para a promoção humana dessas pessoas empobrecidas materialmente (Ivo: 2008).

Se iniciativas esporádicas realizadas por pessoas ou ONGs não representam mudanças significativas na vida das pessoas em situação de rua, resta para elas aguardar do Estado as condições ou facilidades para construir uma vida social nos padrões do que se considera digno da pessoa humana. Porque a vida que estas pessoas levam não se coadunam perspectivas do projeto lanchado para sociedade. Nesse sentido, segundo Guilhon, (2001), pode-se observar que a partir da década de 1970 vem desenvolvendo um debate público sobre o sentido da prosperidade do sistema capitalista. Questiona-se os mecanismos institucionais para estabelecer pactos sociais através dos quais o Estado possa oferecer para seus cidadãos condições de Bem-Estar social. A atenção das políticas do Estado, no processo de reestruturação capitalista, em grande medida, tem acompanhado os impactos sociais por causa das mudanças ocasionadas pelas inovações tecnológicas e organizacionais no processo produtivo. Dessa sorte, em sintonia com Ivo (2008), observa-se que existe uma parceria entre a ação da iniciativa privada e a mediação da autoridade pública para assegurar certa assistência social aos pobres que, de alguma maneira, não conseguem encaixar-se no avanço do sistema capitalista.

Do conjunto social, pode-se destacar segmentos considerados como prioritários na aplicação das políticas públicas de inclusão social. Para Abranches (1987:17), um dos alvos dessas políticas podem ser as famílias pobres que, em certa medida, dependem exclusivamente da assistência governamental e que muitas vezes sobrevivem da benevolência privada. Iniciativas como a implantação do Sistema Único de Assistência Social mostram que é possível articular políticas Públicas que possibilitem a estruturação de redes de proteção social. Mas, o que acontece quando um indivíduo está desagregado de sua família ou de qualquer núcleo social, da forma como ocorre com as pessoas que vivem em situação de rua? Como dar assistência a uma pessoa que mora na

rua, que carece de alimento, de condições de salubridade, de segurança e de qualquer vínculo social? De acordo com Bauman (2003), os problemas sociais são produzidos em parte pela deportação maciça do medo acumulado durante anos na sociedade e na família.

2.3. O CASO DE JOÃO PESSOA – PB

Para executar nossa pesquisa focamos nossa atenção em João Pessoa, a capital do Estado da Paraíba, cidade localizada na região Nordeste do Brasil, com território totalizando em 210,45 km². É a terceira cidade mais antiga do Brasil e conhecida também como Porta do Sol, onde o sol nasce nas Américas. A capital paraibana foi fundada em 05 de agosto de 1585 com nome de *Nossa Senhora das Neves*. João Pessoa nasceu nas margens do rio Sanhauá e a expansão urbana foi em direção ao que hoje é o Centro. Em 1992, durante a conferência da ONU sobre o meio ambiente, João Pessoa foi indicado como a segunda capital mais verde do mundo, atrás apenas da capital francesa, Paris. Contudo, João Pessoa é uma cidade que participa dos grandes problemas que afetam às grandes capitais do País, sendo um desses problemas, o progressivo aumento de pessoas em situação de rua.

A Prefeitura de João Pessoa tem realizado diversas ações em favor das pessoas em situação de rua, entre elas a manutenção de um abrigo para acolher os moradores de rua, identificados através do programa RUARTES e do Centro POP.

De acordo com levantamento realizado pelo Centro POP em 2012, foram atendidas 213 pessoas em situação de rua que chegaram à instituição através do Disque Denúncia, por demanda espontânea ou encaminhada através de ações de órgãos públicos municipais. Do total de pessoas atendidas, 41 eram mulheres e 172 homens, mostrando uma grande prevalência de indivíduos do sexo masculino morando nas ruas de João Pessoa .

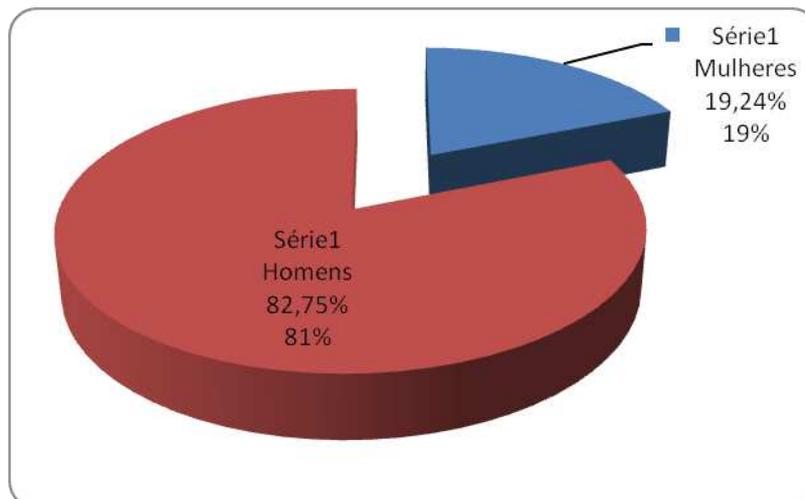


Gráfico 4: Sexo dos moradores de rua atendidos pelo Centro POP em 2012.
Fonte: Pesquisa própria, 2012.

De acordo com a instituição, uma das principais preocupações é a de cuidar do bem estar físico dessas pessoas excluídas. Uma vez detectadas, as pessoas em situação de rua são encaminhadas a programas de assistencial social que cuidam da saúde conforme seja seu estado. Segundo os profissionais que trabalham nessas instituições, realizar ações preventivas extrapola o alcance das suas possibilidades, sendo, na maioria dos casos, dispensados tratamentos médicos para tratar de problemas evidentes sem conseguir, na maioria das vezes, fazer com que eles alcancem um estado de saúde adequado. Há aqueles que têm corpos mais intactos, que não exageram nas bebidas alcoólicas ou drogas. Os rostos dos moradores de rua de João Pessoa apresentam traços cansados, pele pálida, os cabelos são “crinas”, as barbas são mal cortadas, os dentes são ausentes ou estragados, geralmente vistos como pessoas que causam mau cheiro nos lugares que freqüentam.

A maior parte das ações realizadas em favor das pessoas em situação de rua são focadas na alimentação, bem como no cuidado corporal e oferecimento de abrigo. Assim, de acordo com documento do programa RUARTES (2012, p. 04):

A proteção social abrange duas modalidades: proteção social especial de Média Complexidade e de Alta Complexidade. A primeira consiste nas ações destinadas às famílias e indivíduos com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, esta deve operar oferecendo serviço de orientação apoio sócio

familiar, plantão social, abordagem de rua, cuidado no domicílio, serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida). A segunda modalidade refere-se às ações que garantem proteção integral, moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias, e indivíduos que se encontram sem referencia e, ou, comunitário, como: atendimento integral institucional; casa lar; república; casa de passagem; albergue; atendimento domiciliar família substituta; família acolhedora; medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada); trabalho protegido.

Em 2006, as ações do Programa RUARTES começaram a ser estruturadas. O Centro de Referência Especializado iniciou suas atividades com 04 educadores e atualmente conta com 12 educadores de Assistência Social de moradores de rua. O programa atende prioritariamente crianças e adolescentes das ruas de João Pessoa.

O programa atendeu entre 2010 e 2012, 70 crianças e adolescentes em oficinas educacionais e artístico-culturais. Do total, 37% das crianças e adolescentes atendidos eram negros e 14% pardos.

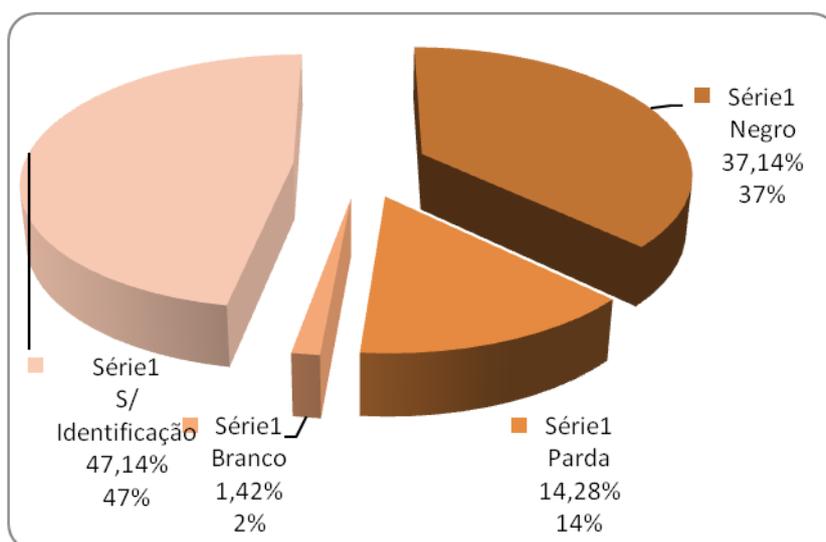


Gráfico 5: Cor da pele das crianças e adolescentes atendidas pelo RUARTES (2010-2012).

Fonte: Pesquisa própria, 2012.

As áreas de concentração de adolescentes e crianças são: Lagoa, principalmente nas proximidades do Cassino (estes são usuários de substâncias psicoativas que vieram de diferentes áreas de João pessoa); no Semáforo próximo à loja Esplanada; no Terminal Rodoviário; praia de Tambaú, principalmente na feirinha e nas proximidades

do bar Bahamas e no Ponto de Cem Reis (no centro da cidade). Algumas crianças e adolescentes trabalham como engraxates, vendedores de castanha, balas, adesivos para carro e amendoim ou fazem malabarismos nos sinais ou mendigam, além de cometerem pequenos furtos. São oriundas também de outras cidades como Patos, Campina Grande, Bayeux, Timbaúba, Itabaiana e Santa Rita, na busca de sobrevivência de dia-dia.

Segundo Engel (2010), a pessoa em situação de rua para amenizar angústia de viver no meio a tantas dificuldades recai no álcool e outras drogas, sendo isso reflexo das tensões e conflitos que caracterizam seu entorno social e/ou familiar. Dessa sorte, criação uma situação paradoxal. Por um lado, em decorrência de sua condição humana, uma pessoa em situação de rua sente a necessidade constante de convívio e interação social, mas, por outro lado, como consequência dos estados permanentes de embriagues, as pessoas se tornam agressivas e intolerantes com eles. Em razão disso Cefai (2010), o trabalho de assistência social se torna todo um desafio, sua realização é um desafio para superar todas as formas de preconceito. É todo um trabalho de observação que é feito cara a cara para saber com quem se está lidando. “quem está aí?, o que está dizendo?”, “o que quer?”: nada é dado de antemão e um bom agente social não pode se proteger da incerteza das situações fechando-se em seus preconceitos”. Para ilustrar essas dificuldades, nas memórias de Cefai (2010, p.75-76) ganha destaque o seguinte relato:

“Mulher húngara, comunicação difícil, todos os dentes cariados. Não muito malvestidas. Roupas de segunda mão de uma burguesa do bairro? Pedinte na Rua de Rennes, debaixo do cinema L’Arlequin, ex-Cosmos. Sentada num degrau, em cima de um papelão. Ela diz: ‘O corpo, tudo bem, mas cabeça e coração, em Budapeste’”.

“Quando a deixamos, pergunto à enfermeira por que não insistiu e nem propôs nada. Ela me faz o seguinte relatório: “acho que ela não precisa muito da gente. O colarinho de sua camisa não está preto e está bem penteada. Diz que não está num abrigo, mas não deve estar dormindo na rua. Está bem vestida, quase melhor que mim [sic]. Deve ter uma rede, ou pessoas do bairro que cuidam dela, ou uma associação de bairro [St-Sulpice, onde a prática religiosa ainda é valorizada e cujos habitantes têm posses]. Talvez seja um juízo de valor, não tenho certeza, mas acho que ela finge que não sabe falar francês. Ela parece entender mais do que deixa transparecer. Estava ansiosa para que a gente fosse embora para continuar a pedir esmola sossegada. No bairro, ela deve ter um bom rendimento diário”.

O trabalho dos assistentes sociais muitas vezes se torna incomodo para as pessoas em situação de rua. O foco dos interesses é diverso. Enquanto alguns buscam

oportunidades de inserção social, outros apenas procuram satisfazer necessidades imediatas como se alimentar ou consumir drogas ou álcool. Em João Pessoa os serviços de assistência social visam à inclusão social. Entretanto, essa possibilidade se torna distante dada a ausência de vínculos familiares e comunitários é a principal marca dos moradores de rua que vieram de famílias desestruturadas afetiva, econômica e politicamente. As condições socioeconômicas de extrema pobreza que caracterizam a falta de educação, saúde, lazer, moradia e alimentação geram um desenvolvimento emocional e cognitivo que motiva a baixa autoestima e desequilíbrio podendo vir a gerar a dependência química como drogas e álcool. Sem deixar de destacar que necessitam de escolarização e profissionalização para o resgate da cidadania e da autoestima.

CAPITULO 3. ESTADO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A emergência da modernidade trouxe consigo uma série de tensões que afetam as diversas esferas da vida coletiva. Sendo o capitalismo a mola propulsora da modernidade, percebe-se que na medida em que este avança, se desencardiam múltiplas formas de exclusão social, as quais desafiam o entendimento humano para encontrar caminhos para combatê-las. No discurso dos representantes do Estado moderno é possível perceber a força de noções como igualdade, respeito à diversidade, inclusão social, entre outras. Fala-se muito em inclusão sem que se tenha o cuidado de entender que para incluir é necessário compreender as múltiplas formas de exclusão que permeiam o nosso cotidiano. Sobretudo no que diz respeito à igualdade de condições para ter acesso à dinâmica do desenvolvimento humano.

A preocupação pela identificação das formas de exclusão e pelo desenho de estratégias de inclusão social perpassa diversas esferas das Ciências Humanas. Pensadores como Paulo Freire, Pierre Bourdieu, Boaventura de Sousa Santos, entre outros, a partir de diversas perspectivas, fizeram profundas análises sobre a questão da exclusão social. Em obras recentes de Boaventura de Sousa Santos podemos encontrar certo eco do debate sobre a tensão modernidade e exclusão social. Diversas fontes de dados empíricos atestam a veracidade desse debate. Segundo fontes do IBGE e IPEA, no Brasil, a renda dos 50% mais pobres é quase equivalente à renda do 1% mais rico. Esses dados só refletem o fato de que a formação da sociedade e a ação do Estado no Brasil foram, desde o nascimento da Nação até praticamente o final do século XX, dramaticamente concentradores de renda e de oportunidades e, portanto, geradores de desigualdade e de distintas formas de exclusão social. A exclusão muitas vezes se dá de modo sutil, como ocorre quando analisamos os beneficiários de certas políticas públicas. Políticas como as de incentivo ao empreendedorismo, com frequência, amparam pessoas com trajetórias diferenciadas, as quais têm um tipo de tratamento, enquanto outras pessoas, que realmente precisam de crédito para pequenos empreendimentos, são tratadas com rigor e devem submeter-se a uma série de condicionamentos e demandas que, muitas vezes, impedem alcançar o benefício dessas iniciativas do Estado. Nesse sentido, é pertinente lembrar as palavras de Costa (2005, p.1), quando afirma que desde o início do século XX, se pode constatar que a

civilização, ao longo dos anos, não foi capaz de constituir um pacto que trouxesse melhorias sociais que, de forma equitativa, atinja a todas as pessoas por igual.

Sob o conceito de “sobrantes”, Castel (1997, p. 28-29) identifica o conjunto de pessoas que, embora fazendo parte do Estado nação, em razão de diversos fatores que as tornam limitadas, impossibilitadas pela atual conjuntura socioeconômica de se inserir na dinâmica do capitalismo. Quem não teve oportunidade de ter acesso a uma educação adequada para as demandas do mercado de trabalho, em razão das novas exigências da competitividade, da concorrência e da redução de oportunidades e de emprego, fica excluído da agenda do desenvolvimento humano. A condição de “sobrantes”, de refugos humanos, é descrita pelos discursos hegemônicos como descuido, como falta de disposição individual. Atribuindo a responsabilidade aos indivíduos, esse tipo de discurso exonera de qualquer explicação e responsabilidade à dinâmica coletiva, corporificada pelo estado de bem-estar.

Em certa medida, a emergência de grupos humanos improdutivos é um fato que pode ser percebido nas mais diversas esferas da ordem mundial. Para Castels(1997, p. 181), esses “sobrantes” são indivíduos que se tornaram inúteis em razão das demandas da conjuntura econômica e social nas décadas recentes e que se encontram completamente atomizados, rejeitados de circuitos das fontes de emprego que demandam cada vez mais mão de obra qualificada. Para sua sobrevivência, como todos na sociedade de consumo, dependem da dinâmica do mercado. A diferença está em que este mesmo mercado não mais precisa de sua força de trabalho, único valor de que dispõem para o processo de troca. Mas, como não participam do processo de circulação de mercadorias, simplesmente sobram. Nesse contexto, salta aos nossos olhos a população em situação de rua. Grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal. São homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia.

Como sinal de sensibilização perante as condições precárias sob as quais vivem as pessoas em situação de rua, emergem muitas vozes de protesto e de repúdio pelos

mecanismos de exclusão da sociedade capitalista. Em certa medida, essas vozes de protesto agem amparadas em princípios legais. De fato, na Constituição Federal, em seu artigo quinto, estabelece que “todos são iguais perante a lei e sem distinção de qualquer natureza e por outro lado não podemos violar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Embora a realidade social prove que o teor desse artigo fique restrito às lides das utopias humanas, ele dá coragem e esperança para quem de uma ou de outra forma está engajado nas lutas das pessoas em situação de rua.

Animados pela esperança de ver crescer no Brasil uma sociedade pautada em princípios de justiça social nasceu o Movimento Nacional da População de Rua. Em uma de suas manifestações, sob o título “Cadê Nosso Direito?”, o referido Movimento afirma:

A história da humanidade e do Brasil, desde a sua colonização, é marcada por práticas injustas e violadoras de direitos. A discriminação nelas presente (o machismo, o racismo, o elitismo, a homofobia etc.) reflete o enraizamento de uma cultura do preconceito. No entanto, no papel, na Constituição, buscou-se eliminar estas práticas para fortalecer uma sociedade de pessoas livres e iguais.

Conseguimos isso? Sabemos que não, pois a população que vive nas ruas não consegue acessar os direitos que a Constituição afirma. As leis definem que o Estado tem a obrigação e dever de garantir os direitos. Ele viola as leis quando não garante o acesso à saúde, segurança, trabalho, moradia, educação, previdência, assistência social, transportes, cultura, lazer, direitos humanos.

Como pode perceber-se no teor do texto acima citado, existe uma tensão entre os posicionamentos do Estado e as demandas da sociedade civil, de maneira específica, das pessoas em situação de rua. Retomando nossa discussão em torno das pessoas em situação de rua na Cidade de João Pessoa, em nossa pesquisa constatamos que a própria dinâmica do projeto de reestruturação para atender as necessidades básicas dessas pessoas fez surgir propostas concretas para que entes estatais procurem mecanismos eficazes para modificar a situação dos moradores de rua. Infelizmente o que se observa na nossa cidade principalmente nas praças, nos viadutos e na rodoviária são essas imagens não agradáveis que observamos dos moradores de rua, que ficam nesses pontos acima referidos. A pesquisa nacional sobre a população em situação de rua mostra que todas as secretarias municipais responsáveis pela gestão local da política de assistencial recebem o ofício do Ministério do Desenvolvimento Social explicando o objeto da pesquisa e as metas, sendo assim cadastradas as pessoas em situação de rua. Com isso, o coordenador busca todas as fontes de informações de cada cidade, fazendo

uma relação exaustiva de todos aqueles que moram temporariamente nos abrigos, albergues, clínicas, hospitais, casas de passagem e outras instituições responsáveis pela população em situação de rua na nossa cidade.

3.1. A ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Da forma como em algumas de suas obras Foucault nos lembra, a intervenção do Estado na forma de organização da família moderna começa a ser significativa a partir do século XIX. Seus mecanismos de intervenção na família moderna são multifacetados. É possível identificar a proliferação de discurso disciplinares proferidos por legisladores e a pelas diversas esferas por onde cientistas e pensadores podem transmitir seus saberes. Dessa sorte, criou-se a imagem de que corresponde à família a tarefa essencial de proteger às crianças, que os pais são os diretos responsáveis pelo cuidado de seus filhos e que corresponde ao Estado fiscalizar para que os adultos responda pela educação e pela saúde das crianças.

A ação pública queria aproximar os laços entre os pais e os filhos para diminuir os abandonos e os maus-tratos dos filhos. O Estado contribuiu para trazer a criança para a sua família. Hoje, o Estado regula a dinâmica da esfera privada através de diversos procedimentos, como ocorre no caso das decisões no nível jurídico sobre as adoções, a interrupção voluntária da gravidez, o divórcio e os modos de exercício da autoridade parental. No entanto, embora existam uma série de conceitos, saberes e diretrizes para disciplinar os modos de interação dos membros de uma família, sabe-se o Estado, em muitos casos, não conseguiu fornecer os recursos necessários para que essas orientações sejam realizadas no interior das famílias.

Como foi indicado no Capítulo I desta dissertação, grandes setores da população do Brasil historicamente têm sofrido com a má distribuição de renda, razão pela qual diversas pesquisas apontam à uma preocupação que deve chamar a atenção dos gestores das entidades públicas, qual seja a existência de um grande numero de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, em razão do desemprego e do analfabetismo. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, lançado pela PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o crescimento da pobreza, da fome e da desigualdade socioeconômica continua crescendo em um ritmo alarmante. O referido Relatório destaca com preocupação o fato de que no ano de 2002, 11 milhões

de crianças morreram em todo o mundo, antes de completar um ano de vida. Essa taxa é reflexo direto das condições de vida de grande parte da população mundial. Por isso, a necessidade de criar políticas sociais compensatórias para um eficiente funcionamento das políticas públicas de assistência social. No mesmo Relatório, se insinua que o Estado tem como papel fundamental intermediador nos diversos setores da vida coletiva com a finalidade de reduzir cada vez mais os modos de pobreza e de desigualdade social. As políticas sociais destinam-se a atender aos direitos e necessidades universais que são estabelecidas constitucionalmente, como Educação, Saúde e Trabalho.

No ano de 1993, foi incorporado o direito à alimentação ao conjunto de direitos do homem estabelecidos na Carta dos Direitos Humanos de 1948. No entanto, quando observamos de maneira detalhada as diversas esferas da vida social, podemos comprovar que as iniciativas do Estado estão muito aquém do ideal desejado. Pensando no microcosmo social das pessoas em situação de rua, é pertinente lembrar as palavras de Frangella (2004, p.12) quando afirma:

Os moradores de rua constituem um segmento social particular no espaço urbano. Trata-se de uma categoria que, em função de inúmeras e diversas trajetórias de desvinculação social e econômica, passa a habitar “cantos” da cidade impensáveis ao planejamento urbanístico e ao imaginário coletivo dos cidadãos: as ruas, os espaços vazios embaixo de viadutos, as praças, as calçadas, locais atualmente concebidos como de passagem, esvaziados da produção de sociabilidades urbanas que historicamente os marcavam os espaços abertos da cidade. Conformando diversos personagens do cenário das ruas desde a formação do mundo urbano ocidental, esse segmento social vive cotidianamente em contraposição às estratégias econômicas e políticas que ideologizam as cidades contemporâneas – sobretudo as metrópoles. Os habitantes das ruas se desdobram em circulações pedestres na cidade. Desprovidos de condições materiais e simbólicas que marcam as tradições identitárias convencionais – do mundo da casa e do trabalho –, desconectados das relações sociais intrínsecas a essas duas dimensões e mantidos nas fronteiras liminares da ordem urbana, eles criam uma dinâmica própria nas ruas. Nas contínuas andanças em busca de recursos de sobrevivência, vão marcando interações sociais práticas e simbólicas com os segmentos sociais que os circundam e novas territorialidades no espaço liminar. A partir da movimentação pedestre, o morador de rua também alarga seu universo de interlocuções com o cenário institucional no qual busca parte de seus recursos e amplia assim seu circuito geográfico na cidade.

Como movimento social, as pessoas em situação de rua se encontram em condições precárias, por eles mesmos não tem força de articulação e de organização

política para demandar do Estado maior atenção para cumprir suas obrigações em relação a elas. De forma sistemática, observamos que a maior parte dos movimentos sociais exerce forte pressão sobre o Estado. Sabe-se que essa pressão é feita para garantir os recursos financeiros e direitos da população pela qual se reivindica assistência. Mas, para que tal pressão ocorra é preciso realizar um processo de conhecimento da realidade local e aproximação dos atores principais das instituições privadas e públicas. Tal processo, no caso das pessoas em situação de rua não pode acontecer a não ser que pessoas que se encontram em outras condições de vida abracem suas demandas e as coloquem em evidência. Contudo, o que se observa na prática é que a comunidade em geral dá mais sinais de rejeição que de acolhimento às pessoas em situação de rua.

Estudos como os realizados por Cefai (2010) colocam em evidência a repulsa que, geralmente, as pessoas comuns mostram em relação às pessoas em situação de rua. Segundo o referido autor, o cheiro que transpira dessas pessoas alcança um verdadeiro significado que, em certa medida, se torna uma expressão característica dos moradores de rua. Em suas observações, o autor afirma que as pessoas em situação de rua provocam uma reação de desagrado nos usuários do Metrô ou nos transeuntes das ruas. Quando os encontros ocorrem em lugares fechados, muitas pessoas afirmaram que se sentiram obrigadas a suportar a presença dos moradores de rua. Para Cefai, perante as manifestações de rejeição das pessoas, uma pessoa em situação de rua pode fazer a seguinte reflexão: “este mundo não me quer e não me dá condições de existir, então eu mesmo me abandono, me largo, desisto de ser como todo mundo, indo até o fim da autodestruição e, se conseguem fingir que não me veem, não podem deixar de sentir meu cheiro. Jogo meu cheiro nas suas caras”. A tensão, em certa medida, obedece ao fato de um estilo de vida estabelecido como modelo para a sociedade entrar em confronto com o modo de vida das pessoas em situação de rua. Para um cidadão que trabalha e tem moradia, a prática do banho diário e o uso de perfumes faz parte da sua rotina. No caso do morador de rua, impossibilitado de ter acesso a um lugar adequado para tomar banho e de estar mais preocupado com a superação da fome e das necessidades tidas por ele como mais urgentes, a prática do banho torna-se uma experiência impensada, distante e, por vezes, desnecessária. Contudo, o mau cheiro dessas pessoas pode ser um indicador de um estado de sofrimento e de angústia, de esquecimento de si próprio, de exclusão e solidão ou, simplesmente, de uma vida

perdida, desperdiçada na sujeira. De qualquer forma, o cheiro torna-se uma pista analítica para pensar em um modelo de vida e em uma forma peculiar de indiferença perante as possíveis formas de representação do corpo, de uma representação que vá em contramão das representações do corpo veiculadas pelos meios de comunicação social, as quais demandam preocupações excessivas com o corpo, visto este como o único meio de que dispõe um indivíduo para alcançar distinção e aceitação social.

3.2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As últimas décadas registraram na maioria dos países subdesenvolvidos uma atenção crescente ao desenvolvimento de políticas públicas para erradicação da pobreza e do atendimento de indivíduos considerados em situação de “risco social”. Nesse contexto, faz-se importante destacar as ações voltadas para uma parcela específica da população pobre que é aquela que se encontra em situação de rua. São aqueles que Burstyn (2003) chama de “nômades, excluídos, viradores”. Segundo Burstyn (2003, p. 20):

[...] parcelas das populações que viviam num patamar inferior dos circuitos econômicos são jogadas para fora do sistema. São excluídas do processo de geração de riquezas (emprego) e da distribuição de seus frutos (consumo). Sobrevivem, mas valendo-se apenas de um acesso precário a mecanismos públicos, como a assistência social e os serviços de saúde e, de forma assistemática, também, a caridade privada, a filantropia ou as entidades assistenciais religiosas.

A pobreza é considerada como a privação dos elementos básicos referidos a vestuário, habitação, alimentação e educação. De fato, nos países em desenvolvimento, criou-se uma ampla rede de proteção social, como sistemas previdenciários, assistência social, seguro desemprego, sistemas públicos de saúde, entre outros. E nos últimos anos no Brasil foram multiplicadas as políticas sociais de combate à pobreza, com o objetivo de permitir a manutenção da renda e a de oferecer os meios para satisfazer as demandas dos indivíduos.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome assumiu o compromisso de executar políticas públicas de proteção aos moradores de rua. Um momento que marca essa iniciativa foi a realização do I Encontro Nacional sobre a Situação dos Moradores de Rua, realizado em setembro de 2005, através de Secretaria Nacional de Assistência Social. Nesse encontro foram discutidos junto aos movimentos

sociais os desafios, as estratégias e as recomendações de formulação das políticas públicas nacionais para o desenvolvimento da capacidade socioeconômica de todas as pessoas identificadas como moradores de rua.

Nas diversas representações construídas em torno das formas de organização política, existe um intenso debate sobre as políticas públicas de assistência social. Nesse tipo de debates ficam claramente representadas algumas linhas de ação, entre as quais se destacam as de direita e as de esquerda. Cada uma dessas formas de compreensão das políticas públicas traz sérias consequências para a vida social. No entanto, o estudo das políticas públicas se apresenta para o pensamento social como um campo rico de reflexão. Para Frey (2000), as análises das políticas públicas são importantes nos processos conflituosos da vida política e administrativa, bem como para a criação de laços de solidariedade que possibilitem meios de defesa em favor dos outros. De acordo com ele, os dados sobre desigualdade e injustiça social do Brasil mostram que estamos longe de uma sociedade justa em termos de relações sociais, étnicas, econômicas, culturais e políticas. Para Henriques (s/d, p.01), na arena pública há um intenso debate acerca dos horizontes no combate à desigualdade social e pobreza no Brasil.

A pobreza é o mais agudo problema econômico do país. A desigualdade é o maior problema estrutural do país. Erradicar a pobreza e combater a desigualdade é um binômio complexo que sustenta o projeto de uma nova sociedade. O primeiro trabalho do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome voltado para os moradores de rua foi um levantamento realizado em 2004, para estimar a população que mora nas ruas no Brasil. Foram aplicados questionários em 71 Municípios, incluindo 48 Municípios e 23 capitais de pequeno porte, inclusive em João Pessoa-PB, com mais de 300 mil habitantes.

O estudo mostrou que 31.922 adultos se encontravam em situação de rua nos municípios acima referidos na pesquisa parcial, mas não em sua totalidade. As capitais que ficaram fora dessa pesquisa foram Recife, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, uma vez que haviam realizado pesquisa semelhante. O grupo predominante é de homens (82%) com idade entre 25 e 44 anos e os níveis de renda são baixos, a maioria das pessoas aqui referidas (52,6%) recebia entre R\$20,00 e R\$ 80,00. Como posto anteriormente, sabe-se que muitas dessas pessoas que perambulam nas ruas das grandes cidades são migrantes em busca de oportunidades de emprego. Mas, a cidade em lugar de oportunidades tornou-se para elas um espaço de frustração e desamparo.

Segundo Park (1979, p. 27), pode a cidade pode ser vista como um estado de espírito ou como um corpo de costumes, tradições, sentimentos e atitudes organizadas. Por outro lado, a cidade não é mero espaço físico, mas uma construção artificial, nas palavras do autor, a cidade é, para o homem civilizado, o que é a casa para o camponês. Assim, se acordo com ele a casa tem seus deuses lares, também a cidade tem sua divindade protetora, seu santo local. Contudo, para quem não consegue encontrar um espaço adequado dentro da cidade, resta o mundo da transumância pela rua.

Em agosto de 2007 e março de 2008 foi realizada uma nova Pesquisa Nacional sobre excluídos ou moradores de rua, trabalho esse que foi possibilitado por um acordo de Cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Organização de Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. A finalidade desse estudo era a de ter dados concretos para pensar políticas públicas voltadas para dar assistência social a essas pessoas. Segundo (Arrá, 2009, p.03), o principal foco das políticas de assistência aos moradores de rua deveria ser o da reinserção ao mercado de trabalho destes abrigados, além de um possível retorno ao seu grupo familiar ou de convivência, em segunda instância. O arcabouço constitucional brasileiro de 1988 foi um marco na política de reformas no campo democrático. Ele propiciou a criação de espaços de participação popular, que findaram na criação dos mais diversos movimentos sociais, nos quais as lutas e reivindicações sociais se encontram representadas. Os movimentos sociais acreditam que os espaços políticos são uma forma de reivindicação de melhor gerenciamento de verbas públicas. Segundo Egler (2008, p. 63), o espaço social é aquele que é percebido entre os indivíduos que participam de um coletivo. É de natureza imaterial, refere-se aos vínculos que traçam as relações entre os indivíduos e a sociedade e que formam o tecido social. Que se representam através de fios invisíveis, de natureza comunicativa que fazem a coesão social, é a cola que reúne os homens em lugar comum. Para o referido autor:

A questão territorial no Brasil é um dos problemas mais antigos na sua história e que permanece ainda tão atual. As cidades brasileiras sofrem demasiadamente por uma crescente desordem urbana. Com o seu crescimento desenfreado, todo espaço vazio é possível de ocupação. Por isso, constantes conflitos e/ou acidentes são ocasionados. Pela falta de espaço, bem como pelo seu alto valor agregado na sua aquisição, inviabilizados pelo baixo poder aquisitivo da grande massa da população, populações inteiras se espremem em moradias, apinhando-se, principalmente em uma ordem vertical, em enormes

favelas nos interiores das cidades, bem como nas suas margens (EGLER, 2008, p: 07).

Posicionamentos como esses nos levam a pensar que as políticas públicas de assistência social seriam a forma mais adequada de assegurar o respeito pelos direitos humanos de todos os cidadãos, fortalecendo assim uma relação democrática entre Estado e a Sociedade Civil, através da descentralização político-administrativa e do financiamento compartilhado entre entes federais e a sociedade civil (VELHO, 1979, p.13).

Enquanto não se coloquem princípios legais claros e universais, a população em situação de rua continuará sendo um indicador eficaz das desigualdades sociais que, por sua vez, se cristalizam na manutenção de um sistema, por vezes invisível, de violação dos direitos humanos. De fato, uma pesquisa realizada no ano de 2008 apontou que 44.9251 pessoas moravam na rua ou viviam em situação de extrema pobreza, mesmo que algumas dessas pessoas se esforçavam por exercer atividades informais à procura de algum tipo de remuneração econômica. Observando esses dados podemos concluir que o estado de pobreza em que essas pessoas se encontram obedece mais a processos de exclusão social, a falta de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Resta clara a iminência de acentuar uma luta política para continuar insistindo na garantia de seus direitos através da execução de políticas públicas que assegurem a inclusão social de todas essas pessoas. Como parte dessa luta pode se pensar na Lei Orgânica de Assistência Social vigente desde o ano de 2005, a qual deve ser expandida pelas diversas políticas públicas do país, conforme Decreto Federal nº 7.053- 23/12/2009.

É importante ressaltar o acesso a programas e projetos através das políticas públicas por meio de serviços e benefícios que envolvam as três esferas de governo do país. A redução ou erradicação da pobreza e das desigualdades sociais são objetivos da política social desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Social do município de João Pessoa-PB com a finalidade de inclusão dos cidadãos e promoção de proteção social. O público-alvo é a população em situação de rua sem restrição do sexo ou gênero que se encontra vulnerável (Cunha et al, s/d) ou perdeu os vínculos familiares.

3.3. A FAMÍLIA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO SOCIAL

Pela incidência de uma série de fatores sociais, a sociedade contemporânea criou um modelo de família que passa a ideia de termos perante os nossos olhos um grupo de indivíduos simplesmente imutável, eternamente uniforme, quando a observação

distanciada revela justamente a extraordinária mutabilidade da família como uma característica sobressalente das relações familiares humanas, à diferença das famílias de muitos outros seres vivos. Esse caráter idealizador da família tem contribuído, além de tudo, para que os membros que conformam as famílias concretas não consigam reconhecer suas dificuldades, ao menos em parte, como dificuldades normais das relações familiares de nossos dias; contribuem para que as pessoas tendam a ver seus problemas como algo que ocorre unicamente com elas. Aparentemente, as relações da maioria de todas as demais famílias correspondem plenamente ao esse modelo idealizado de família. Não só as tradições eclesiásticas, como também uma série de tradições seculares e, entre elas, também e principalmente, a ideia inventada por sociólogos e etnólogos de uma família nuclear e imutável, ajudam a perpetuar uma imagem fantasiosa da família na maior parte da sociedade. Quando indagamos a algumas pessoas em situação de rua pelas razões que as induziram a sair de casa, na ordem de razões, a desestruturação familiar ocupava os primeiros lugares. Em outras palavras, a saída da casa paterna por causa de inúmeros conflitos familiares era a principal razão para passar a morar na rua.

Entendemos que uma das finalidades do RUARTES, como uma política pública de assistência social a pessoas em situação de rua, é a de procurar estabelecer conexões entre as pessoas em situação de rua com suas respectivas famílias e facilitar a reinserção social dessas pessoas através de sua reinserção no núcleo familiar. A construção das políticas sociais realizadas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da rede de atendimento vem buscando a maior eficácia no enfrentamento à situação dos moradores de rua. Por serem violados os seus direitos fundamentais, surge a necessidade de propor alternativas para as pessoas em situação de rua sobre o seu espaço de moradia ou sobrevivência articulada com os serviços da rede para incluir na família de Rede Sócio assistencial do Município.

Conforme Cunha (2009), o espaço público não se refere apenas a um arranjo físico espacial de apropriação coletiva com características próprias que decorre na sua situação jurídica, técnica e também urbanística, mas o espaço social também é determinada através das práticas sociais, políticas e econômicas que abrange a singularidades e particularidades da existência de sociedade. O espaço público é um lugar de contradições da vida social, onde há diálogos e debates. Um lugar de

reconhecimento do interesse público que pode ocorrer através de dinâmicas e transformações sociais. Além disso, aqui também são realizadas as manifestações públicas por atores envolvidos no solo urbano.

Em agosto de 2007 e a março de 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome e em cooperação com Organização Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura realizou pesquisa nacional sobre as pessoas em situação de rua que permite qualificar e características socioeconômicas do grupo aqui referido na implementação de políticas públicas.

A execução de nossa pesquisa nos permitiu construir certa familiaridade com o microcosmo social das pessoas em situação de rua. Em diálogos frequentes observamos que essas pessoas pobres e excluídas, quando encontram um espaço de confiança, são prodigiosas na conversa. Constroem relatos interessantes sobre sua história, fato que pode ser ainda mais favorecido quando se formulam perguntas que estimulem sua memória para que possam elaborar as mais diversas narrativas. O fato de ter optado por esse tipo de recorte da nossa pesquisa nos conduziu perceber que o pobre e excluído não é tão invisível para a sociedade. Nesse sentido, são pertinentes as palavras de Bursztyn (2003) quando afirma que as características básicas da sociedade moderna mostram claramente a existência de um conflito. Por um lado, certa sensibilidade em favor das pessoas que sofrem algum tipo de preconceito ou exclusão social e, por outro lado, a evidencia de novas formas de exclusão social, as quais envolvem determinados grupos considerados ora desnecessários de acordo com visão econômica do século XXI, ora como perigosos socialmente e incômodos politicamente.

Sem dúvida que são as políticas públicas o mecanismo mais adequado de promoção humana e de equidade social. Nas décadas recentes pode-se observar a preocupação do Estado pela inserção social dessas pessoas excluídas. Pelo menos no discurso, os líderes políticos afirmam que os programas sociais implementados pelos seus governos estão voltados para superar a pobreza no Brasil. É possível ouvir nos discursos das administrações de Lula e Dilma a existência de uma preocupação constante, a do fortalecimento da classe média, mediante a estabilidade das pessoas no emprego e a criação de oportunidades de formação profissional para os jovens.

O foco de atenção nas recentes políticas públicas recai sobre as oportunidades de capacitação e de emprego. O indicador por excelência do alcance dessas metas é o acesso ao dinheiro, como médio essencial para que o indivíduo possa realizar suas

aspirações e alcançar certa emancipação política. Sendo o dinheiro essencial para o equilíbrio psíquico de cada pessoa, o mesmo pode se tornar fonte de tensões e conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos desafios assumidos ao realizar este trabalho foi o de construir uma representação social das pessoas em situação de rua na cidade de João Pessoa. Para tanto, fizemos uso de um processo de aproximação das pessoas em situação de rua para captar através de suas falas e comportamentos as razões que os levaram a morar na rua e se existem possibilidades de retorno ou reinserção em seu núcleo familiar. Por outro lado, tentamos identificar se existem elos de unidade ou de identificação entre as expectativas das pessoas em situação de rua e as ações executadas pelos profissionais que trabalham no RUARTES e Centro de Referência para População de Rua.

Depois de realizar diversas abordagens tanto dos profissionais dessas instituições como das pessoas em situação de rua, concluímos que, de fato, existem esforços para dar assistência às pessoas em situação de rua. Acompanhamos diversas ações do RUARTES e do Centro de Referência para População de Rua e identificamos diversos olhares em relação às pessoas em situação de rua. Por um lado, o olhar dos servidores das instituições coloca em evidência o esforço desses profissionais por corresponder às demandas institucionais e por exercer de forma adequada suas funções. Alguns desses funcionários manifestaram certo desconforto em relação ao seu trabalho em razão de experimentar um sentimento de impotência ao perceber que sua tarefa é bem menor que as possibilidades de reais de alcançar as metas traçadas pela instituição. Na maior parte dos transeuntes entrevistados percebemos um outro olhar em relação das pessoas em situação de rua. Alguns transeuntes revelavam conhecer uma tipificação sobre a população em situação de rua. A definiam como composta por um grupo de vagabundos, de loucos, de gente perigosa e suja. Essa tipificação, em certa medida, denota uma forma específica de representação social que, em muitos casos, legitima práticas de violência física ou de indolência total sobre essas pessoas. Desta maneira, resta acreditar que as políticas públicas de inclusão social da população de rua, na cidade de João Pessoa, tem alcançado algumas realizações, mas, que é preciso continuar desenhando novas formas de inclusão social dessas pessoas.

Assim, identificamos o fenômeno das pessoas em situação de rua como um fato conseqüente do avanço da modernidade. Dentro desse contexto, tentamos estabelecer as relações entre pobreza, exclusão social e políticas públicas de assistência social. Tendo como fonte de informação os documentos legais que regulam as políticas de assistência social que regulam as ações do RUARTES, ações essas voltadas à reinserção social de

peças em situação de rua. Para tal, conseguimos identificar a população em situação de rua, fizemos diversas abordagens para coletar informação sobre seus modos de vida, coletamos dados através da leitura atenta de diversos documentos e nos esforçamos por problematizar os processos de exclusão e inclusão social que se desencadeiam na cidade de Joao Pessoa. Nesse processo de aproximação entendemos que a pesquisa nas Ciências Sociais demanda criatividade, sensibilidade e sutileza para adquirir informações pertinentes sobre o campo social a ser observado. Segundo Cefai (2010, p.102), a abordagem das pessoas simples mais do que um esforço racional sobre técnicas de coleta de dados, demanda sutileza para adquirir informação através da formulação de perguntas simples. Segundo o referido autor,

“trata-se [o processo de pesquisa] de um protocolo elementar para avaliar a presença do morador de rua no mundo: Como o senhor se chama? Por que está na rua? Há quanto tempo? Que dia é hoje? Onde estamos? O senhor tem onde ficar? Para maioria das enfermeiras e assistentes sociais, a consciência da desorientação espacial e temporal de muitos excluídos é aguda”.

Essa perda de consciência em relação a duas dimensões da existência, como são o tempo e o espaço denota o estado de desordem interna, a vivência de uma confusão mental e emocional que indicam, de alguma forma, um estado de vida em permanente conflito e de falta de condições individuais para alcançar uma possível mudança de vida.

Da mesma forma, em relação às atividades realizadas para crianças e adolescentes em situação de rua, conseguimos acompanhar 12 ações ou eventos promovidos pela SEDES e outras secretárias do município. Nesse processo percebemos que a cidade é um espaço que define categorias ou modos de percepção específicos sobre os diversos aspectos que constituem os modos de vida urbana. De fato, sabe-se que o homem, é um ser social, histórico e comunicativo; capaz de construir cada vez mais sua trajetória pessoal e coletiva, agindo continuamente nela e sobre ela. Ao mesmo tempo, ele é capaz de apreender as sofisticadas formas de linguagem que o orientam no sentido de ter consciência do seu pertencimento a uma determinada camada, segmento e grupo social que, conforme forem as disparidades na distribuição de capital, geralmente se apresentam em estado conflitante em relação a outros grupos. Sabe-se também que a luta pela sobrevivência ultrapassa as necessidades de alimento e de abrigo, levando o indivíduo à luta quer por espaço físico, quer por reconhecimento. Assim, as atividades

humanas transformaram as cidades em lugares onde as relações humanas tornaram-se extremamente complexas. E a cidade, como construto humano, tornou-se um espelho disso. A vida, a arte, as representações, a cultura e a história da cidade, nessa abordagem, traduzem a trajetória dos vários segmentos que a habitam, nos seus embates por esse reconhecimento e por esse espaço, em que os conflitos e a complexidade são continuamente revelados. Segundo Bauman (2005, p.66), a vida na cidade, seja qual for o status que um indivíduo ocupe, demanda dele uma prova de sabedoria e eficácia para lidar com as medidas de emergência, com o aumento da vigilância; exige de cada morador esforços extraordinários de adaptação e de precauções excepcionalmente sensatas para lidar com o constante bombardeio de estímulos e de ameaças que caracterizam a vida nas cidades. Estando as pessoas em situação de rua em condições de vulnerabilidade maiores em relação aos outros moradores da cidade, faz necessário lembrar que esse estado de vulnerabilidade e de incerteza humanas dessas pessoas tornam prementes as iniciativas do poder público no desenho de políticas de assistência social.

Da mesma forma, em nosso processo de pesquisa observamos que as práticas de estigmatização ou discriminação sobre as pessoas em situação de rua, muitas vezes causadas pela sua aparência física decadente, pelos espaços públicos onde vivem e pela prática da mendicância fazem com que sua autoestima se revele deteriorada. Quando indagados sobre o que eles pensam de si mesmos, a resposta das pessoas em situação de rua era marcada por um grande silêncio, como se faltassem palavras para dizer o que pensam deles próprios. Essa dificuldade para falar de si nos induz a pensar que existe neles um sentimento forte de autorejeição, de desconhecimento do seu valor enquanto seres humanos que têm direito a uma vida digna. Segundo Cunha (2010), os modos de interação que se desenvolvem nos encontros e desencontros nas ruas das grandes cidades revelam a complexidade da dinâmica da vida urbana. As práticas de exclusão contra os moradores de rua levaram vários autores a pensar no espaço das cidades como o lugar da revanche, da punição e opressão. Mas o alvo dessa punição que se desencadeia na vida urbana são os pobres, as massas humanas que pro falta de condições e de oportunidades, não tiveram ocasião para se engajar na dinâmica do capitalismo com todas suas demandas.

ALGUNS REGISTROS DO PROCESSO DE PESQUISA



Figura: 1ª- Entrada do Centro da População de situação de rua em João Pessoa, local onde os beneficiários do programa passam o dia e depois voltam às ruas da capital paraibana.



Figura: 2ª- Parede que separava o Ruartes e Centro Pop. No final de 2013 o programa de aborgens das ruas de capital paraibana se mudou para outra casa e agora se junta ao programa de Assistência Social.



Figura:3ª- Sala da Secretária do Centro da População em Situação de Rua (POP), lugar onde se faz o cadastramento do público alvo e onde se realizam os trabalhos burocráticos relacionados com as demandas do programa.



Figura 4ª- Mesa que se encontra no interior da sala de secretária do POP. Sobre ela aparecem os livros doados às instituições, quais serviram de apoio para trabalhos de alfabetização dos moradores de rua.



Figura: 5ª- Um veículo do RUARTES. Este meio de transporte facilita o trabalho de abordagem e resgate das pessoas em situação de rua que perambula pela cidade de João Pessoa.



Figura: 6ª- Registro de uma das euniões entre o Coordenador do programa com moradores de rua na sala do Centro da População em situação de rua. E depois da reunião houve festa da confraternização entre os funcionarios da instituição e os moradores de rua. Nessa sala a população em situação de rua faz as refeições (almoço e jantar). Ao fundo da foto aparece um aparelho de televisão de 32 polegada, onde a os moradores de rua que têm contato com o programa se distraem, por vezes passando o dia inteiro assistindo programas de televisão.



ENTREVISTA COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA QUE SE ENCONTRAM NO CENTRO DA POPULAÇÃO DE RUA DE JOÃO PESSOA-PB

Eu gostaria saber que motivo levou você morar na rua?

Alberto: ‘__ “Não existe nenhum motivo que me levou a morar na rua, por outro lado, eu estava em situação de solidão, não podia ficar em casa e me entia sozinha, por isso fui para rua. Porque a rua é uma escola onde as pessoas aprendem muita coisa.”

Alberto também disse que para não entrar na criminalidade optou para viajar para diferentes Estados do Brasil, em razão disso quase conheceu todos os Estados, as exceções dos Estados são Amazônia, Amapá e Acre que não conheceu ainda. Para se manter economicamente ele fabrica e vende os objetos de uma artesã que lhe auxilia, fazendo isso para custear a sua viagem e também suas necessidades básicas.

Assim, para Alberto, a rua seria um lugar para convivência e conhecer novas pessoas para Alberto. Entretanto, pode ser também um lugar do consumo de drogas sem restrições familiares. Em nossa conversa, notei que ele não é do Brasil, tendo um sotaque espanhol. Perguntei de qual país ele era e ele me disse que é de Uruguai.

Também perguntei a ele sobre as instituições que já passou e quais foram as ajudas básicas que ele já recebeu, o que me disse que tinha recebido nas áreas de alimentação, medicamentos, roupas e abrigo onde dormia (no Centro de POP). Por outro lado, disse que morar na rua é uma coisa complicada e perigosa. Porque, muitas vezes, outros

indivíduos roubam os seus pertences ou seus objetos, também sofrendo com as violações física e moral. Além do senso comum da sociedade que entende que quando uma pessoa está rua, não tem responsabilidade com nada e se encontra fora do sistema, do mundo exterior. Por isso, um dia ele pretende sair nessa vida, para preservar a sua própria saúde. Em seguida perguntei a ele se ele estava feliz morar nas ruas, o que ironizou minha pergunta, dizendo que não. Ele não está feliz, mas está livre para fazer coisas de acordo com a sua consciência. Ao longo da nossa conversa perguntei quanto anos que tinha, o que me disse que está com 38 anos de idade, estando há 20 anos a morar na rua (ou seja, entrando e saindo em situação de rua), também disse que tem 3 irmãos e que nunca comunicou com eles, mas estão bem.

Marcos Vinicius em situação de rua:

Qual é o seu nome? Resposta: “Marcos Vinicius”. Quantos anos que você tem? Resposta: “34 anos de idade”. Sambu: Quanto tempo que você está morando na rua? Resposta: “Há 10 anos. Neste período, não morei totalmente na rua. Algumas vezes trabalhava e alugava um quarto para morar, algumas vezes morava nos albergues”. Qual motivo o levou a morar na rua? Resposta: “a separação com a sua esposa, a qual ela traía com outro homem.”

Segundo Alberto isso ocasionou a sua viagem para Fortaleza, onde pretendia a passar 1 (um) mês e acabou passando um 1 (um) ano. E depois voltou para sua cidade natal, porque não conseguiu adaptar a capital cearense. Daí foi para Nata/RN, depois passou para outra cidade no mesmo estado de Rio grande Norte. Por falta de emprego, passou a morar nas ruas daquele Estado. Perguntei, então quais são Estados que ele já morou, o que me disse que na Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Macapá, Rio de Janeiro e São Paulo. Perguntei a ele se nestas cidades por onde ele passou houve ajuda das instituições da prefeitura? Dizendo-me que sim, houve ajuda, mas nas coisas básicas. Perguntei a ele, qual seria o seu nível de escolaridade, o que me disse ser o segundo grau. Perguntei, se um dia pretenderia sair ou abandonar esta situação como morador de rua ou não, o que me disse que sim, pois, inclusive, estava há muito tempo procurando emprego,mas que até a presente data, não tinha obtido êxito. No entanto, ele como profissional na área de pintor dos imóveis, não conseguiu se integrar ao mercado trabalho. Perguntei a ele, se já fora discriminado como morador de rua, dizendo-me que sim,dando-me como exemplo o fato de que quando vai procurar emprego nas empresas as pessoas pedem comprovante de residência, o que lhe causa uma discriminação, dizendo-me que após isso as pessoas começam a se desculparem dizendo que não tem vaga na empresa. Mas, prometendo que quando tiver vaga irá chama-lo, o que não acontece, na prática.

Por outro lado, perguntei, se ele já criou vínculo efetivo com um morador de rua ou uma pessoa que já conheceu na rua, dizendo-me que sim,inclusive com uma pessoa no bairro de intermarés que tentou lhe ajudar com a moradia, ou seja, concedeu a casa para que ele morasse. O perguntei por que ele não aproveitou esta oportunidade, o que me disse que ele dormia lá, mas agora não está dormindo lá, pois o bairro de Intermarés é muito distante de Centro do POP, onde ele passa o dia (ou na Instituição do Centro POP, onde ele consegue almoçar e jantar, por tal motivo, depois de jantar de 17 horas, não pode caminhar até nesse bairro, além de não se encontrar munido financeiramente para pagar transporte público. Por isso, dorme nas escolas que se encontram nos bairros da cidade

de João Pessoa. Por outro lado, perguntei se ele tinha gostado nas instituições de albergues, por onde passou, o que me disse que alguns sim, mas outros não! Disse-me que ele já morou no maior albergue da América Latina, que fica em São Paulo e que gostou de lá, mas que lá as pessoas ficam somente 6 (seis) meses e disse que lá os funcionários daquela instituição procuram emprego para morador de rua. Disse-me também que lá tem regras a serem cumpridas, por exemplo, não pode chegar alcoolizado e também tem que chegar no horário estipulado para se recolher na instituição.

Entrevista com ex-coordenadora do POP, Alinne Dantas.

Ela disse-me que a situação mais conflitante para moradores de rua é a da ruptura do lar. Por outro lado, na maioria das vezes são usuários das drogas, seja por parte do pai, mãe ou do filho. Neste caso, a família não aceita mais esta pessoa em casa, o que leva esta pessoa permanecer na rua. Segundo Alinne Dantas, existem as brigas dos moradores por espaço e por território, assim, as pessoas em situação de rua que se encontram nas áreas de Alagoa/centro de João Pessoa não se dão bem com as pessoas que vivem nas áreas de Praia/Tambaú. De acordo com Alinne, alguns estão na rua para trabalho e à noite voltam para casa para dormir, também considerando o fato de que viver como pessoa em situação de rua é algo humilhante, pois as pessoas veem os moradores como bandidos e os discriminam. Assim, alguns moradores de rua ficam nas ruas ou no sinal de trânsito para pedir dinheiro para poder comprar alimentos ou até mesmo para comprar crack, sendo que algumas pessoas os veem como um trombadinha ou uma negrinha, de forma pejorativa. Portanto, são vistas como assaltantes ou até mesmo possíveis assaltantes.

Por outro lado, as pessoas abandonam a sua própria casa pensando que iriam ter uma vida fácil na rua. Mas muitas vezes esta realidade é bem diferente para as pessoas em situação de rua, o que leva-os a consumirem e traficarem as drogas em nome da luta de sobrevivência. Segundo Alinne, a pessoa não consegue mais sair nesta vida. Também, disse que existe um senhor de 50 ou 60 anos de idade, que é um garçom e tem transtorno mental, mas a sua família nunca o procurou. Em virtude dessa doença começou gerar conflitos no ambiente do trabalho e na sua própria família, no entanto, através desse conflito no ambiente do trabalho acabou perdendo o seu emprego e, com isso, se separou a sua esposa, ou seja, abandonou a sua família, passando a migrar para rua e ir para Rio Grande de Sul. Segundo Alinne, neste período que estava na rua passou a consumir álcool e usar as drogas. Essa situação ocasionou seu encaminhamento várias vezes para a “Casa Acolhida” ou para “Caps”, a fim de ser tratado, pois esse senhor não conta com a ajuda da família, não tendo nenhum contato a mesma.

Há que se notar também que na “Casa Acolhida” os beneficiários fugiam da casa em busca de drogas, sendo que às vezes alguns vão para as ruas e outros voltam para casa. Perguntei a ela se os moradores formam vínculos familiares nas ruas e ela me disse que sim! Inclusive às vezes se tratam como se família fossem, além de formarem um vínculo com os funcionários que trabalham no Centro do POP, inclusive na época que estava na coordenação, relatando que com a entrada de outro funcionário na coordenação os beneficiários não gostaram e ficaram um pouco chateados, dando para se notar que estabelecem vínculos com as pessoas. Perguntei para Alinne qual seria a falha do Centro de POP, o que me disse que a falha existente no programa é mais por

parte do próprio Estado e não do Centro de POP, pois disse-me que a prefeitura não tem albergues, existindo só os do Estado, mas que estão superlotadas. Por consequência, o Centro de POP proporciona simplesmente assistência de café de manhã, almoço e jantar para os moradores de rua. No fim da tarde, voltam para ruas como se nada tivesse sido feito para essas pessoas, pois eles voltam novamente a consumir drogas nas ruas. Por tal motivo, algumas vezes o encaminhamento é feito para outras instituições e até mesmo igrejas. Outro fato por ela destacado é que no Centro de POP não tem segurança, pois no interior da casa, houve várias brigas entre os próprios beneficiários, tendo somente um banheiro e um banheiro feminino, sendo considerada pequena para muitos moradores de rua. As pessoas que trabalham com os moradores de rua não têm perfil ou profissionalismo para trabalhar com pessoas nessa situação. Por fim, Aline também me relatou que os moradores conseguem formar um vínculo com os moradores do bairro através de ajuda alimentícia que são lhes são fornecidas por moradores daquela área, o que acaba alimentando vícios algumas vezes.

Um exemplo do tipo de entrevistas que aplicamos.

As perguntas respondidas pela Senhora Sandra Diniz, Educadora do Programa.

- 1. Como as pessoas em situação de rua percebem seu futuro? Existe um futuro diferente das condições do seu presente? Eles sonham com uma vida bem melhor e diferente da que eles vivem, mais nem todos se dão a oportunidade de mudar. Sim, mais é uma longa caminhada para chegar.**
- 2. É possível retornar para a casa paterna? Sim, mais nem sempre é o melhor lugar, pois maioria das vezes é desse lugar que eles preferem fugir, por conflitos familiares e às vezes pelo estado físico que se encontram.**
- 3. É possível que tenham possibilidades de se qualificar para se inserir no mercado de trabalho? Sim, mais depende do esforço de cada um, pois são poucos que conclui alguns cursos profissionalizantes, tendo em vista que existem dificuldades burocráticas dos serviços que dispõem estes cursos.**
- 4. Viver em situação de rua traz alguma vantagem ou conveniência em relação a outras formas de vida? Não se tem vantagens nenhuma está exposto aos perigos da rua, pois na rua não se oferece o mínimo de dignidade para o ser humano.**
- 5. Qual sua visão da política, da gestão pública? Hoje existem muitas políticas públicas para população em situação de rua, tendo em vista deveria funcionar na prática, ou seja, como está nas tipificações dos projetos.**
- 6. Tem crenças religiosas? Como celebram ou vivenciam essas crenças? Alguns, frequentando igrejas e participando de eventos.**
- 7. É possível construir vínculos afetivos vivendo em situação de rua? Sim, pois é criada através de ajuda e confiança.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRÁ, Adriano Silva Nazareno. **A abrigagem de “Moradores de Rua”**: Um Estudo Sobre as Trajetórias de Exclusão e Expectativas de Reinserção. 2009. 67 f. Monografia (Conclusão de Curso de Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16889/000707030.pdf?sequence=1>>
. Acesso em 17/05/2012.

BABB, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Tradução de Guilherme Cezarino-Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BENZ, Inelia. **O que significa ser humano**. Monte Verde, MG, 2011. Disponível em: <<http://desenvolvendoa consciencia.blogspot.com.br/2011/12/o-que-significa-ser-humano.html>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião; Secretária de Avaliação e Gestão da Informação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

BRAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução: Carlos Aberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Sygmunt. O Mal-Estar da Pós-Modernidade; tradução Mauro Gama, Claudia Martinelli Gama; revisão técnica Luís Carlos Fridman.-Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

BORDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua**: Nômades, Excluídos e Viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CEFAR, Daniel. Provações Corporais: Uma Etnografia Fenomenológica entre Moradores de Rua de Paris. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 71-110, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a05n79.pdf>>. Acesso em 13/02/2012.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “Questão Social” no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CUNHA, Aurineida Maria. Trabalhadores de rua: tensões e resistências na Luta pelo direito ao trabalho. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jun. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802009000100010>>. Acesso em 03/07/2012.

CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica (Orgs.). **Rua – aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS/SAGI/SNAS, 2010.

COSTA, Ana Paula Motta. A População em Situação de Rua: Contextualização e Caracterização; disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/993/773>; acessado em 01 de julho de 2013.

DENKER, A. de F. Maneti. **Método e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIHL, Kelly. A política de Combate à Pobreza do Plano Brasil Sem Miséria (Governo de Dilma Rousseff): erradicar da pobreza ou controle sobre os pobres? In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 20. Córdoba, Argentina. 2012. **Anais...** Córdoba: UNC; ECA, 2012. Disponível em: <http://200.16.30.67/~valeria/xxseminario/datos/1/1br_Kelly_dihl_stamp.pdf>. Acesso em 27/05/2012.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia**. Tradução: Paulo J. B. San Martin. São Paulo: Ícone, 1994.

EGLER, Tamara Tania Cohen. Espaço Social e Política Urbana Global. In: EGLER, Tamara Tania Cohen; POGGIESE, Hector (Orgs.). **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, social y gestion democratica. Buenos Aires: Clacso, 2009, p. 63-77.

ENGLER, Tamara Tania Gohen. Espaço Social e Política Global, UFRJ, s/d.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes às práticas da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em 24/04/2012.

FRANGELLA, Simone Miziara. **CORPOS URBANOS ERRANTES**: Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo, Campinas, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GUILHON, Maria Virgínia Moreira. **A pobreza e seu enfrentamento na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2001.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>>. Acesso em 08/07/2012.

HENRIQUES, R. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil. In: _____. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. p. 1-18. Disponível em: <<http://files.o-oficio-da-historia.webnode.com.br/200000423-f1fa8f2f4a/introducao.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2013.

IVO, Anete B. L. Georg Simmel e a “Sociologia da pobreza”. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n. 52, p.171-180, jan./abr. 2008.

QUEIROZ, Danielle Teixeira *et al.* Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **R Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v.15, n. 2, p. 276-83. abr./jun. 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

Movimento Nacional da População de Rua: Partilha para Formação Política; Outubro de 2010.

RUARTES. **Programa de Abordagem de Rua à Criança e Adolescente** (Folder de divulgação). João Pessoa: PMJP, 2008.

MARX, K. O capital. Livro III, t. 1, v. IV. 2a. ed., SP: Nova Cultural, 1985-86.

MATTOS, Ricardo Mendes e FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são?- Representações sobre as pessoas em situação de rua. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a07v16n2.pdf>; pesquisado em, 01 de julho de 2013.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. *Apropriações do espaço público: alguns conceitos Using public space: some concepts; ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA, UERJ, RJ, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007.*

SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **Políticas Públicas e poder local: o conselho que fiscaliza os recursos do FUNDEF como mecanismo de controle social ou de poder clientelístico local?** 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPB; Campina Grande-PB.

SALGADO, Nayara A. “A Pedra Não Para”: Um Estudo Sobre Cravolândia na cidade de Belo Horizonte/MG, 2012; disponível em:

https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/13-a_pedra_ao_para_nayara%20salgado.pdf, acesso em 09/12/2013.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como Espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas-SP: Autores Associados, 1996.

SANTOS, Cecilia MacDowell e IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil; caribe**, 2005.

SINGLY, François de. **A família e o Estado** pgs. 63-81. A conquista da autonomia individual, pgs 137-148. In SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Comunidade Solidaria**: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo, Cortez , 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE.
Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro. V. 1. Recife: PIMES, 1984.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia Educação e Multiculturalismo**: dilemas da cidadania em um mundo globalizado. Tradução: Carlos Almeida Pereira. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

TRIVIÑOS, Aníbal Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Waizbort, Leopoldo. **As Grandes Cidades e a Vida do Espírito Georg Simmel (1903)**, Tradução de Texto Original: “Die Großstädte und das Geistesleben”. In: SIMMEL, Georg . **Gesamtausgabe**. Frankfurt: M. Suhrkamp. 1995. Vol. 7. PP. 116-131.